



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL Nº 259/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.168/2026

PROCESSO Nº 8.327/2026

AMPLA PARTICIPAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE CONTRATO.

Empresa: _____

Pessoa para contato: _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____

Recebemos através do acesso à página www.bauru.sp.gov.br → **Licitações** → **Pregão Eletrônico**, o impresso cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ____ de _____ de ____.

Assinatura

Senhor LICITANTE,

Visando comunicação futura entre a **GERÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES** da Educação e essa Empresa, solicitamos o preenchimento do recibo de entrega do edital e envio ao Setor Responsável por meio do e-mail: compras.edu@bauru.sp.gov.br. A não remessa do recibo exime a **GERÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO** da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 259/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8.327/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.168/2026

AMPLA PARTICIPAÇÃO

LICITAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 16.668/2023

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://compras.gov.br/>
UASG: 986219 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP**

RECEBIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: ATÉ ÀS 09H DO DIA 19 DE JUNHO DE 2026.

ABERTURA DA SESSÃO: 19 DE JUNHO DE 2026, ÀS 09H.

PREGOEIRO(A): VALTER THIAGO JUNQUEIRA PAGANI

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EDUCAÇÃO

Classificação Funcional	Natureza da Despesa	Ficha	Vínculo
12.361.1005.2.113	3.3.90.39	173	01.220.0000
12.361.1005.2.113	3.3.90.39	173	01.220.1193

O VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO ENCONTRA-SE NOS AUTOS DO PROCESSO

A **Sra. Suéllen Silva Rosim**, Prefeita Municipal, usando sua competência delegada no Decreto Municipal nº 6.618/1993 e alterado pelo Decreto nº 7.306/1995, torna público que se acha aberta, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, através do critério de julgamento **MENOR PREÇO – AMPLA PARTICIPAÇÃO – MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO** – Processo nº. 8.327/2026, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA** que será regida pela Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar 123/06 e Decreto Municipal nº 16.678/2023, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

JUSTIFICATIVA: A Constituição Federal, em seu artigo 208, inciso VII, estabelece que cabe ao Estado cumprir seu dever com a educação por meio de programas suplementares, entre os quais se inclui o “atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. Em conformidade com essa determinação



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

constitucional, bem como com o convênio firmado entre o Município de Bauru e o Governo do Estado de São Paulo, faz-se necessária a manutenção de um serviço de transporte escolar contínuo, seguro e eficiente, que atenda a todos os alunos da rede municipal e estadual, incluindo os estudantes com necessidades especiais, garantindo-lhes acessibilidade e inclusão.

PREÂMBULO DO EDITAL

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de **Brasília/DF**.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

- Telefones: (0xx14) 3235-1310 / 3235-1311
- Endereço: Secretaria Municipal da Educação
- Rua Alameda Dama da Noite, 3-14, Bauru/SP – CEP: 17020-050
- Horário de atendimento das 8h às 12h e das 13h às 17h
- E-mail: compras.edu@bauru.sp.gov.br
- Site: <http://compras.gov.br> – UASG: 986219 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU/SP

DOS ANEXOS DO EDITAL

Seguem anexos ao Edital como partes integrantes do mesmo:

- | | |
|-----------|--|
| Anexo I | Termo de Referência |
| Anexo II | Formulário Modelo de Proposta de Preços. |
| Anexo III | Minuta de Contrato |
| Anexo IV | Termo de Ciência de Notificação. |
| Anexo V | Modelo de Carta de Apresentação. |
| Anexo VI | Declarações em Geral |

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <http://compras.gov.br>, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionários da Prefeitura Municipal de Bauru, assim denominados:

- **Pregoeiro (Coordenador):** Valter Thiago Junqueira Pagani
- **Pregoeiro-substituto:** Juliana Aparecida Perfeito
- **Equipe de Apoio:** Keila Souto da Silva Costa, Evelyn Prado Rineri e Cassia Cristina Nunes Pereira



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL**, que deve ser considerado como se estivesse integralmente transcrito na presente cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1. **O contrato terá vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses**, a contar da data de sua formalização, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, nos termos do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2 A Contratada terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, para o início das operações e a implantação da estrutura necessária à execução dos serviços, conforme especificados no Termo de Referência (**ANEXO I**).

3.3 DO REAJUSTE

3.3.1 O reajuste contratual deverá ocorrer de forma automática e anual, observada a legislação vigente, tomando-se como referência a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurada nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da data-base definida no contrato.

3.3.2 Sempre que a variação dos custos de mão de obra (salário-base e benefícios) e do combustível (óleo diesel) superar em 5% (cinco por cento) o IPCA acumulado do período, o Contratante deverá promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio da seguinte fórmula ponderada:

Reajuste = $(0,40 \times \text{variação da mão de obra e benefícios}) + (0,35 \times \text{variação do diesel}) + (0,25 \times \text{variação do IPCA})$.

3.3.3. Para a aplicação da fórmula, deverão ser observadas as seguintes premissas:

3.3.3.1. Variação da Mão de Obra e Benefícios: correspondente às alterações decorrentes dos acordos ou convenções coletivas da categoria profissional, apuradas entre a data-base do contrato e o mês de aplicação do reajuste;

3.3.3.2. Variação do Diesel: correspondente à variação do preço do Diesel S10 Comum, com base nos dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, considerando o preço médio de distribuição no Município de Bauru, apurado entre o segundo mês anterior à data-base do



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

contrato e o segundo mês anterior à data do reajuste.

3.4 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.4.1 Os serviços a serem contratados compreendem o transporte regular de alunos da rede escolar pública municipal e estadual, do município de Bauru, classificados em:

- transporte regular da zona urbana
- transporte regular de alunos da zona rural
- transporte de alunos com necessidades especiais
- transporte de alunos sala de recurso
- transporte de alunos período integral.

3.4.2 Na Prestação de serviços deverá ser observado:

- O uso de veículos adequados ao transporte escolar, conforme especificações do edital, das legislações em vigor e alterações que vierem a ser realizadas;
- As normas de trânsito, conforme Código de Trânsito Brasileiro e demais, legislações Federal, Estadual e Municipal e os procedimentos definidos no Contrato.
- Implantação de um Centro de Controle Operacional com "espelho" na Prefeitura de Bauru/Secretaria Municipal da Educação para o monitoramento diário, em tempo real, de toda a frota do transporte escolar, assegurando: controle de quilometragem e de viagens realizadas versus programadas; rastreamento e histórico de posicionamento; comunicação operacional com condutores e monitores; e painéis de indicadores (dashboards) para apoio à fiscalização municipal

3.5 CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

3.5.1. O serviço é organizado por rotas e por turnos de operação, sendo que cada ROTA corresponde a um veículo, que deverá realizar um percurso pré-determinado. A esse percurso estará vinculada a relação de alunos que irá utilizá-lo. Essas rotas deverão ser operadas com antecedência ao horário de entrada dos alunos nas escolas e logo após o encerramento da aula, no sentido para sua residência–escola e outro no sentido escola-residência. Compreendendo:

- turno 1- ida para escola dos alunos do período da manhã;
- turno 2- retorno dos alunos do turno 1 e ida para escola dos alunos do período da tarde;
- turno 3- retorno dos alunos do período da tarde e ida para a escola dos alunos do período da noite;
- turno 4- retorno dos alunos que estudam à noite.

3.5.2. Para otimizar os serviços, em algumas rotas poderá ocorrer aproveitamento (compartilhamento) de frota, e uma mesma rota atenderá diferentes escolas e efetuará diferentes sentidos de viagem.

3.5.3. Os alunos atendidos na zona rural são residentes em propriedades agrícolas, sendo que parte do percurso do transporte escolar poderá ser realizada por vias de acesso às propriedades rurais, estradas



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

vicinais, rodovias estaduais e vias urbanas, pavimentadas ou não.

3.5.4. Para o transporte de Alunos com necessidades especiais, alguns casos necessitarão de adaptações próprias no interior dos veículos, ficando a cargo da CONTRATADA essa adequação.

3.5.5. Para Alunos com idade inferior a 04 anos poderá ter a necessidade de utilização de cadeirinha (*forward-facing*), ficando a cargo da CONTRATADA essa adequação.

3.5.6. O serviço deverá ser prestado durante todo ano letivo, com as devidas variações na quantidade de dias por mês em razão de feriados, férias e outros.

3.5.7. Os serviços deverão ser efetuados com observância das características das rotas e horários adequados as necessidades dos alunos em relação à chegada nas escolas.

3.5.8. Em todas as rotas os veículos deverão contar com um monitor a bordo, no acompanhamento e orientação aos alunos e no transporte de alunos com necessidades especiais, com 02 monitores, devidamente capacitados, que serão identificados por crachás, com nome da empresa e dados pessoais.

TIPO DE ATENDIMENTO	QTD VEICULOS	QTD DE MOTORISTAS	QTD DE MONITORES
TRANSPORTE REGULAR	83	83	83
TRANSPORTE ESPECIAL	13	13	26
TOTAL	96	96	109
TRANSPORTE REGULAR 1 – Motorista; 1 – Monitor		TRANSPORTE ESPECIAL (transporte de alunos com necessidades especiais) 1 – Motorista; 2 – Monitores.	

3.5.9. O percurso deverá ser realizado obrigatoriamente com todos os passageiros sentados e com cinto de segurança, cabendo ao monitor zelar para que o número de alunos não exceda o número de assentos e/ou baias para cadeirantes.

3.5.10. Os horários de chegada e partida deverão ser rigorosamente obedecidos, mantido um período de espera pelos alunos no final de cada turno de aulas, de pelo menos 10 (dez) minutos e também que estejam na escola de destino com 10 (dez) minutos antes do horário de início das aulas em cada turno diário.

3.5.11. Os alunos serão identificados com crachá, indicando o nome completo, endereço de residência e a escola a que pertencem, a ser providenciada pela contratada.

3.5.12. O motorista deverá ser identificado com crachá, com foto recente, indicando o nome da empresa e seus dados pessoais.

3.5.13. O Monitor de Transporte Escolar deverá apresentar-se devidamente identificado com crachá, com foto recente, indicando o nome da empresa e seus dados pessoais, e colete contendo o dístico MONITOR, e com aparência pessoal adequada. Deverá prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte;

3.5.14. O monitor e o motorista deverão zelar para que os alunos permaneçam sentados e usem corretamente o cinto de segurança, que subam e desçam do veículo nos locais indicados no contrato.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 3.5.15. O motorista e o monitor deverão manter a porta do veículo fechada, durante o percurso.
- 3.5.16. O monitor e o motorista deverão comunicar à Unidade Escolar, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 3.5.17. A documentação relativa ao veículo, ao motorista e ao monitor deverá manter-se em ordem e de posse do condutor.
- 3.5.18. É de competência da Contratada as despesas com encargos trabalhistas, previdenciários e securitários e impostos, bem como aqueles inerentes a execução dos serviços.
- 3.5.19. A contratada se responsabilizará integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação vigente.
- 3.5.20. Os serviços, os itinerários, a quantidade de veículos, de alunos e demais características de cada rota poderão ser alterados a qualquer momento, mediante expedição de Ordem de Serviço, em função de recadastramentos, inclusões e exclusões de alunos, alterações de endereços de alunos, alterações e otimizações de rota e alterações em horários de aulas.
- 3.5.21. Os veículos deverão anualmente passar por fiscalização da Secretaria Municipal da Educação ou por quem esta indicar.
- 3.5.22. Os veículos deverão possuir rastreador/GPS, com sistema aberto para compartilhamento de dados, que permita o monitoramento e o acompanhamento operacional em tempo real, bem como o acompanhamento histórico da quilometragem percorrida para conferência da secretaria Municipal da Educação.
- 3.5.23. Os veículos deverão possuir equipamentos para controle de acesso, com o uso de tecnologia de identificação (por cartão RFID ou equivalente) para controlar o embarque de estudantes nos veículos escolares, através de sistema eletrônico integrado ao sistema de monitoramento por rastreador/GPS. O sistema de controle de acesso e monitoramento de usuários visa aprimorar a gestão e a segurança do transporte escolar, atendendo às seguintes funcionalidades mínimas: Registro de usuários por viagem e linha; Acompanhamento diário e mensal de utilização; Segurança dos usuários no transporte; Base de dados analítica para planejamento.
- 3.5.24. A contratada deverá fornecer aplicativo de smartphone para acompanhamento de embarque e desembarque de alunos integrado ao sistema de controle de acesso embarcado nos ônibus, com o objetivo de proporcionar transparência e rastreabilidade aos pais, tutores ou responsáveis, contendo as especificações mínimas: Estar disponível nas lojas de aplicativos para smartphone PlayStore (Android) e iOS (Apple); Tela de login com usuário e senha de uso pessoal e intransferível; Tela com mapa virtual para acompanhamento do embarque ou desembarque do aluno, e também, a localização em tempo real



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

do veículo nas linhas autorizadas; Tela com logs históricos dos embarques e desembarque, contendo em cada evento os seguintes dados: data e hora; identificação da linha; localização; O aplicativo deve seguir as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei 13.709/2018.

3.5.25. A contratada deverá implantar um Centro de Controle de Operações (CCO) com “espelho” na Prefeitura de Bauru para o monitoramento diário, em tempo real, de toda a frota do transporte escolar, assegurando: controle de quilometragem e de viagens realizadas versus programadas; rastreamento e histórico de posicionamento; comunicação operacional com condutores e monitores; e painéis de indicadores (dashboards) para apoio à fiscalização municipal. O escopo do objeto neste ponto contempla: fornecimento, instalação, configuração, operação assistida e manutenção evolutiva de hardware, software, redes e serviços correlatos; capacitação de usuários da Prefeitura; integração com sistemas municipais quando necessário; e suporte técnico.

3.6. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **15/04/2026**.

3.7. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da cláusula 3.3 deste Edital.

3.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.9. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

3.10. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

3.11. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

3.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.13. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Todas as condições de recebimento do objeto, eventuais hipóteses de substituição e/ou complementação constam no Termo de Referência (**ANEXO I**) do presente Edital.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.2 Expirando o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Município se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

4.2.1 Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados por parte da mesma e esta, mesmo após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica reservado a este Município o direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação, adotando as medidas judiciais necessárias ao ressarcimento de eventuais despesas decorrentes de tal descarte.

CLÁUSULA QUINTA: DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPRAS.GOV

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3.1. A não observância do disposto no item 6.3. poderá ensejar na desclassificação no momento da habilitação.

5.4. A Prefeitura Municipal de Bauru não é órgão responsável por promover o cadastro dos interessados no SICAF/COMPRAS.GOV, cabendo ao licitante interessado a responsabilidade por tal credenciamento.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 6.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
 - b) Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
 - c) Abrir as propostas de preços;
 - d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
 - e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
 - f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
 - g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
 - h) Declarar o vencedor;
 - i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos, encaminhando o processo devidamente instruído para a autoridade superior;
 - j) Elaborar a ata da sessão;
 - k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

CLÁUSULA SÉTIMA: DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS

7.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de senha pessoal (intransferível) e credenciamento dos seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no cadastro no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.1.1. O registro no [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras), o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras).

7.1.2. O registro no [Compras.gov.br](https://www.gov.br/compras) é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.2. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema,



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

- 7.3. Cada licitante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.
- 7.4. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 7.5. Para participação nesta licitação e fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto no subitem 14.1.2.2. , a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual que preencha as condições estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, **deverá constar no registro da licitante junto ao SICAF.**

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

8.1. NÃO PODERÁ PARTICIPAR da presente licitação o interessado que:

- 8.1.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 8.1.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, conforme previsto no [art. 14, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- 8.1.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, conforme previsto no [art. 14, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- 8.1.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme previsto no [art. 14, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- 8.1.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na Gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme previsto no [art. 14, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- 8.1.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, conforme previsto no [art. 14, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021](#);



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.1.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, conforme previsto no [art. 14, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- 8.1.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 8.1.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devidamente justificada pela Administração, nos termos do [art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 8.1.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. O impedimento de que trata o item 8.1.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante, conforme previsto no [§ 1º do art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 8.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 8.1.2. e 8.1.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade, conforme previsto no [§ 2º do art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 8.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, conforme previsto no [§ 3º do art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 8.5. O disposto nos itens 8.1.2. e 8.1.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 8.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou

GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

8.7. A vedação de que trata o item 8.1.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8.8. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, é vedado ao licitante, contratar cônjuge companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme previsto no [Parágrafo Único do art. 48, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.9. Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo a Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando ainda a interpretação conferida pela Súmula nº 511 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

8.10. Tenham sido declarados inidôneos, por qualquer órgão público federal, estadual ou municipal, para contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção de que trata o inciso anterior.

CLÁUSULA NONA: DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, na forma eletrônica, diretamente no sistema, em campo específico, no endereço constante no preâmbulo deste instrumento, conforme previsto no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.1. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1 SÚMULA 51 TCE/SP: A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar, a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 9.3. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, no campo específico do Sistema compras.gov.br ou diretamente no e-mail da **GERÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, constante no preâmbulo deste edital.
- 9.3.1. A impugnação ou pedido de esclarecimento também poderão ser encaminhados à **GERÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, cujo endereço consta no preâmbulo deste edital.
- 9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro em campo próprio do Sistema compras.gov.br e/ou no site oficial da Prefeitura de Bauru/SP e/ou nos autos do Processo Administrativo.
- 9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CADASTRO DA PROPOSTA COMERCIAL NO COMPRAS.GOV

- 10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. *Valor unitário ou desconto;*

10.1.2. *Marca/Modelo ou procedência, se houver;*

10.1.3. *Fabricante, se houver;*

10.1.4. *Quantidade cotada.*

- 10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

10.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

10.4. As especificações técnicas completas do objeto licitado, serão sempre aquelas constantes do ANEXO I do edital.

- 10.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 10.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 10.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

10.9. Até a abertura da sessão do certame, o LICITANTE poderá livremente retirar, alterar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada, como também excluir ou anexar novos documentos relativos à proposta comercial e/ou habilitação. Depois da data e horário de abertura da Sessão, não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.

10.10. No momento do cadastro da proposta comercial, deverá o LICITANTE realizar as **DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS disponíveis no próprio Sistema**, particularmente quanto:

- a) que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do Edital e seus anexos, concordando com suas regras, prazos e condições gerais, respondendo pela veracidade das informações e documentos apresentados no processo de licitação, sob as penalidades legais;
- b) que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, na legislação trabalhista, nas normas infralegais e coletivas vigentes;
- c) para fins do disposto no art. 68, inc. VI, da Lei 14.133/2021, que não emprega menor de 18 ANOS em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 ANOS, salvo, a partir de 14 ANOS, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- d) que NÃO POSSUI, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e em lei;
- f) que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- g) que está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e contratação;
- h) que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

- i) no caso de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;
- j) que observa o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e cumpre o inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante do trabalhador; e,
- l) que cumpre as reservas legais de cargos para aprendiz e outras previstas, conforme o caso.

10.11. As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo de contratação juntamente com a documentação de habilitação, não havendo necessidade de envio pelo Sistema COMPRAS.GOV.

10.12. A falsidade relativa a qualquer das declarações exigidas nesta cláusula sujeitará o LICITANTE às sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo das consequências civis e penais que seu ato ensejar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA E FORMULAÇÃO DOS LANCES E NEGOCIAÇÃO

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio disponibilizado pelo sistema eletrônico (chat).

11.3. Aberta a etapa de disputa de lances, os licitantes poderão encaminhar/registrar lances, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico**, sendo automaticamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor pelo próprio Sistema.

11.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item/lote.

11.4.1. Conforme especificações do sistema operacional, a etapa de lances sempre acontece por item e os lances deverão ser enviados sempre por valor unitário.

11.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.6. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo)

11.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

11.9. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do seu último lance e do menor lance registrado no Sistema compras.gov.

11.10. Durante a etapa de disputa de lances não serão aceitos dois ou mais lances de valores iguais, prevalecendo sempre aquele que for recebido e registrado primeiro no Sistema Comprasnet.

11.11. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

11.12. Será adotado na etapa de disputa de lances deste Pregão Eletrônico o **MODO DE DISPUTA "ABERTO E FECHADO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

a) A disputa terá duração inicial de **15 (QUINZE) MINUTOS** e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances, após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até **10 (DEZ) MINUTOS**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

b) Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento) SUPERIORES** àquela possam ofertar **UM LANCE FINAL E FECHADO** em até **05 (CINCO) MINUTOS**, o qual será **SIGILOSO** até o encerramento deste prazo;

c) Não havendo pelo menos **03 (três)** ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na **ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO**, até o máximo de **03 (três)** ofertas,



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

oferecer **01 (um) LANCE FINAL E FECHADO** em até **05 (cinco) MINUTOS**, o qual será **SIGILOSO** até o encerramento deste prazo;

d) Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;

e) Não havendo **LANCE FINAL E FECHADO** classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de **03 (três)** licitantes, na ordem de classificação, possam ofertar **UM LANCE FINAL E FECHADO** em até **05 (CINCO) MINUTOS**, o qual será **SIGILOSO** até o encerramento deste prazo;

f) Poderá o(a) Pregoeiro(a), justificadamente, admitir o **REINÍCIO DA ETAPA FECHADA** caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

11.13. Caso o licitante não apresente lances, figurará na ordem de classificação final com o valor de sua proposta eletrônica inicial.

11.14. Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva ata da sessão, a qual será disponibilizada no Portal de Compras Governamentais.

11.15. Na hipótese de ocorrer desconexão do pregoeiro no decorrer da Sessão e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.

11.16. Serão as propostas ou lances finais **CLASSIFICADOS** automaticamente em **ORDEM CRESCENTE DE VALORES** segundo o critério objetivo de **MENOR PREÇO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPP E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1. Tratando-se de licitação diferenciada no modo cota reservada para ME/EPP, **nos itens identificados como COTA PRINCIPAL ou AMPLA PARTICIPAÇÃO, se observará o seguinte:**

12.1.1. uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática pelo sistema, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45](#)



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015 de 8 de outubro de 2015.

- 12.1.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 12.1.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 12.1.4. Caso o licitante enquadrado como ME/EPP venha a ser o vencedor da etapa de lances, fica obrigado a juntar DECLARAÇÃO cujo modelo **ANEXO VI**, sob pena de aplicação das penalidades legais, de que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a RECEITA BRUTA máxima permitida para o referido enquadramento Lei Complementar nº 123/2006, nos termos exigidos no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.1.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3. A falsidade da declaração de que trata o subitem anterior sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA NEGOCIAÇÃO E DA PROPOSTA COMERCIAL

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

13.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e será impresso anexado aos autos do processo licitatório.

13.5. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

13.6. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será colocado à disposição da autoridade competente para homologação, se de acordo.

13.7. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 9.1 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.7.1. SICAF;

13.7.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

13.7.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

13.7.4. Certidão de Apenados de Impedimento de Contrato/Licitação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>)

13.8. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

13.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, nos termos da legislação vigente.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

13.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado pela Administração para a presente contratação.

13.11. Havendo aceitação da proposta comercial eletrônica classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro **solicitará do licitante vencedor o encaminhamento, via compras.gov, da proposta comercial escrita**, devidamente ajustada ao último lance ou ao valor negociado.

13.12. Na hipótese prevista no subitem anterior deste edital, o prazo para encaminhamento será de até **2 (duas) horas**, contados da convocação da opção "ENVIAR ANEXO".

13.13. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.14. A proposta comercial escrita deverá ser apresentada/anexada ao comprasnet contendo os requisitos, informações e documentos exigidos no **ANEXO II** do edital, observadas as regras contidas na cláusula décima deste Edital.

13.15. Deverá ser entrega, junto à proposta escrita, a GARANTIA DE PROPOSTA prevista no artigo 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nas formas da lei. Esta garantia deve ser apresentada junto com a proposta detalhada para fins de classificação/desclassificação

13.15.1. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dia uteis contando da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

13.15.2. A garantia de proposta em qualquer das modalidades previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, só será aceita se emitida por empresas autorizadas pelo Banco Central a exercerem atividade bancária ou por seguradoras registradas na Susep.

13.15.3. A apresentação de garantia em desconformidade com o item "13.15." ensejará a inabilitação da empresa no certame.

13.15.4. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

13.16. Na proposta escrita, deverá conter:

a) Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

abertura das propostas virtuais. Caso não conste prazo de validade expresso, este será considerado como sendo de 90 (noventa) dias;

b) Especificação completa do objeto oferecido conforme descrito no Anexo I deste Edital;

c) A proposta deverá conter os valores unitários propostos, que deverão atender ao valor médio de mercado orçado pela Administração. Caso haja mais de um item dentro do lote, deverá ser observado o seguinte:

c.1) Ainda que o julgamento seja por menor preço do lote, os preços unitários de cada um dos itens terão como critério de aceitabilidade os valores unitários referenciais da Administração, sob pena de desclassificação.

c.2) A não aceitação da readequação dos valores unitários exigida implicará na desclassificação da licitante.

d) Nesta fase serão analisadas pela comissão os preços unitários e totais contidos em cada item, de acordo com os preços médios de mercado.

e) Preço unitário e total do item e do lote (incluindo custos, frete, tributos, etc.). Em caso de dúvida entre o valor unitário e total, prevalecerá o unitário;

f) Data e assinatura do Representante Legal da proponente;

g) Dados do banco, agência e conta corrente do licitante participante;

h) Dados (nome, RG e CPF) do representante legal da empresa, designado para eventual e posterior assinatura do Contrato e como gestor do mesmo, juntando ainda instrumento de mandato, se for o caso do Contrato ser assinado por procurador com poderes para tanto;

i) Prazo de entrega, conforme ANEXO I do edital;

j) Condições de pagamento, conforme item 18.1 do edital;

13.17. Serão desclassificadas as propostas que:

a) Contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários e/ou totais;

b) Sejam incompletas, isto é, não contenham informações suficientes que permitam a perfeita identificação do material licitado;

c) Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou da legislação em vigor;



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- d) Sejam manifestamente inexequíveis ou apresentem preços acima dos praticados no mercado ou com taxas excessivas, por decisão do Pregoeiro (Coordenador), com base nas pesquisas de preço anexa aos autos;
- e) Não estarem assinadas pelo representante legal da empresa;
- f) Contiver vícios insanáveis;
- g) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- h) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- i) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

13.17. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

13.18. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.19. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

13.20. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

13.21. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

13.22. Se for o caso, a inexequibilidade na hipótese de que trata o caput, só poderá ser considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

13.23. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração,



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. Para habilitação no certame, o interessado deverá satisfazer os requisitos necessários na forma da legislação vigente. Será exigida a apresentação dos seguintes documentos, no original ou em cópia autenticada, na forma da lei:

14.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21)

a) Certificado ou Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de Microempresário Individual, Empresário Individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;

b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de Sociedades Empresariais, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria e no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações e prova de diretoria em exercício. **O contrato social deverá estar de acordo com a Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil) e também deverá estar de acordo com a Lei Complementar nº 123/06.**

c) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.1.2. REGULARIDADE FISCAL (art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21)

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CND) ou Certidão Positiva de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CPD), com os efeitos negativos;

d) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débito, referente ao



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ICMS, com a Fazenda Estadual;

e) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de débito Mobiliário com a Fazenda Municipal;

f) Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os efeitos negativos. (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

14.1.2.1. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição à sua regularidade fiscal e/ou trabalhista, a fim de que possa ser aplicado o disposto do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.1.2.2. Havendo restrição regularidade fiscal e/ou trabalhista da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa, conforme o art. 43 § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

14.1.2.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/21, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

14.1.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei Federal nº 14.133/21)

A documentação relativa à Qualificação Técnica consistirá em:

a) Alvará de Licença, Localização e Funcionamento, relativo ao domicílio da proponente, com o ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação.

b) **Atestado de Comprovação de capacidade técnica operacional** da empresa licitante para a prestação de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, nas mesmas características desta, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprove ter executado ou que esteja executando o objeto, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, com características, quantidades correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto, emitidos em face da razão social da proponente, por personalidade jurídica pública ou privada, datados e assinados



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

pelo responsável legalmente constituído, que deverá ser devidamente identificado;

b1) Considera-se atividade pertinente, em características compatíveis, qualquer atividade de transporte de passageiros em serviço público municipal, intermunicipal, interestadual ou internacional ou em serviço privado autorizado de fretamento contínuo.

b2) Considera-se atividade pertinente, em quantidades compatíveis, que os serviços atestados tenham sido prestados com a utilização de no mínimo 53 (cinquenta e três) ônibus.

b3) Admitir-se-á a soma dos quantitativos da experiência anteriormente atestada em mais de um atestado, desde que refiram a períodos concomitantes.

b4) A Administração Pública, a seu critério e a qualquer tempo durante o processo de contratação direta, poderá realizar diligências a fim de verificar a veracidade das informações apresentadas pelos participantes, podendo solicitar a apresentação dos respectivos contratos, notas fiscais, dentre outros documentos que entender pertinente.

b5) Declaração de que se compromete a apresentar a relação de veículos juntados ao CRLV, caso seja declarado vencedor.

b6) Será considerado compatível o atestado que comprove a execução de 50% (cinquenta por cento) de objeto semelhante ao licitado, restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto de licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, conforme previsto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA (art. 69 da Lei Federal nº 14.133/21)

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos **DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balanços provisórios. Estes documentos deverão conter assinaturas dos sócios e do contador responsável.

b) Somente serão habilitadas as licitantes que obtiverem: liquidez geral igual ou maior a 1,0 (um); e solvência (s) igual ou maior a 1,0 (um) o qual será obtido com base nos dados constantes no balanço apresentado através da seguinte fórmula.

Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante
Liquidez geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)
Grau de Endividamento Geral = (Passivo Total / Patrimônio Líquido) x 100
Solvência geral = Ativo Total / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo).



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- c) **Fica isento da letra “a” e “b”** a empresa optante do sistema simples, sendo que neste caso a empresa deverá apresentar a **Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS)**, referente ao último exercício, **acompanhada** da Declaração do Contador ou consulta do site da Receita Federal comprovando que é optante pelo Sistema Simples.
- d) **Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme previsto no inciso II do artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.**
- d.1) As empresas que estejam em recuperação judicial deverão entregar na fase de habilitação o Plano de Recuperação já homologado pelo Juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital, de acordo com a Súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- e) **Comprovação de possuir Capital Mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.**
- f) **Garantia de proposta prevista no artigo 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nas formas da lei. Esta garantia deve ser apresentada junto com a proposta detalhada para fins de classificação/desclassificação.**
- g) A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dia úteis contando da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- h) A garantia de proposta em qualquer das modalidades previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, só será aceita se emitida por empresas autorizadas pelo Banco Central a exercerem atividade bancária ou por seguradoras registradas na Susep.
- i) A apresentação de garantia em desconformidade com o item “h” ensejará a inabilitação da empresa no certame.
- j) Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.
- k) **A licitante vencedora deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, a garantia para assegurar sua plena execução, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º e 3º da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.**

14.2. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

- a) Caso a licitante **seja microempresa ou empresa de pequeno porte** a mesma deverá comprovar tal enquadramento mediante a apresentação de **certidão atualizada expedida pela Junta Comercial**, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/07 do DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

INTEGRAÇÃO – DREI ou outro documento oficial idôneo.

b) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar sob as penalidades legais, de que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a RECEITA BRUTA máxima permitida para o referido enquadramento Lei Complementar nº 123/2006, nos termos exigidos no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021 **(ANEXO VI)**.

c) Declaração de Atualização Cadastral do responsável pela assinatura do contrato emitida no site do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO** através do link: https://sso.tce.sp.gov.br/Portal/cadastro/cadastro_usuario.xhtml

d) DECLARAÇÕES GERAIS **(ANEXO VII)**

e) Um atestado, podendo ser apresentado mais de um atestado de atividade pertinente e compatível com o que se pretende fornecer, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando que a licitante realiza ou realizou fornecimento com características semelhantes ao objeto desta licitação. Será considerado compatível a execução de 50% (cinquenta por cento) de objeto semelhante ao licitado, em consonância com o Art. 67 da Lei Federal nº14.133/2021, restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

f) Alvará de Licença, Localização e Funcionamento, relativo ao domicílio da proponente, com o ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação.

14.3. Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a Empresa seja vencedora o contrato será celebrada e executada pelo estabelecimento que apresentou a documentação.

14.3.1. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverão apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos (referente à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e técnica).

14.4. A documentação exigida deverá ser apresentada no original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de imprensa oficial ou autenticada por servidor da Administração, mediante a apresentação do respectivo original.

14.5. Todas as certidões deverão estar com seu prazo de validade vigente na data designada para a realização da sessão pública, sendo que será confirmada na Internet a validade e autenticidade das mesmas.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

14.5.1. Caso as certidões apresentadas não registrem prazo de validade previamente estipulado pelo órgão emissor, serão consideradas válidas por 06 (seis) meses, contados da data de sua emissão.

14.6. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado e homologado pela autoridade competente.

14.7. Se a licitante desatender às exigências do edital, o Pregoeiro (Coordenador) examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA FASE DE HABILITAÇÃO

15.1. Os documentos de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

15.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

15.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

15.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

15.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil.

15.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

na Lei nº 14.133/2021.

15.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, nos termos do [art. 63, inc. I, da Lei nº 14.133/2021](#).

15.7.1. A declaração de atendimento aos requisitos de habilitação é obrigatória.

15.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

15.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

15.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

15.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

15.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

15.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.12. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo máximo de **2 (duas) horas** prorrogável por requerimento do licitante e a critério do(a) pregoeiro(a), **neste caso os documentos elencados no subitem 14.2 – OUTRAS COMPROVAÇÕES.**

15.13. A assinatura eletrônica aposta nos documentos deverá ser emitida mediante utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

15.14. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

15.16. Todos os documentos apresentados com assinatura eletrônica, deverão ter confirmadas na internet sua validade e autenticidade, devendo os mesmos serem impressos e juntado aos autos.

15.17. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e da proposta nos prazos estabelecidos, poderá acarretar nas sanções previstas na lei de licitações, podendo o(a) Pregoeiro(a) (Coordenador(a)) convocar a empresa que apresentou a proposta ou lance subsequente.

15.18. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

15.19. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

15.20. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

15.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do [art. 64 da Lei 14.133/21](#) e do [art. 39, §4º da IN 73/2022](#):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

15.22. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.23. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

15.24. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.25. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO JULGAMENTO

- 16.1. O julgamento desta licitação será feito pelo critério de **MENOR PREÇO**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 16.2. As propostas para ambas as cotas serão abertas e negociadas simultaneamente, se possível, e, nos demais casos, sequencialmente, sendo apurado o melhor preço em primeiro lugar em relação a cota de ampla concorrência.
- 16.3. Não havendo vencedor para a cota reservada, está poderá ser adjudicada ao vencedor da cota e ampla concorrência, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço praticado na cota de ampla concorrência.
- 16.4. Se a mesma pessoa jurídica vencer a cota reservada e a cota de ampla concorrência, a contratação do objeto será pelo menor valor obtido na licitação, devendo a licitante vencedora proceder à adequação da sua proposta no sistema e na proposta escrita a ser encaminhada.
- 16.5. Os preços registrados na cota reservada e cota principal, ainda que sejam de empresas distintas, deverão ser os mesmos. Nesse caso, o licitante que ofertou o maior preço deverá reduzir e adequar sua oferta visando à aceitabilidade do preço, nos termos do art. 29 da Lei Municipal nº 7.238 de 16 de julho de 2.019.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS RECURSOS

- 17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 17.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 17.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 17.3.2. O prazo máximo para a manifestação da intenção de recorrer será de até 30 (trinta) minutos;**
- 17.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 17.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema compras.gov.br.
- 17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.10. Os autos do Processo Administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados cujo endereço encontra-se previsto no preâmbulo do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA FORMA DE PAGAMENTO

- 18.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da entrega da nota fiscal na Secretaria Municipal da Fazenda, devidamente atestada, obedecendo à ordem cronológica de sua exigibilidade, mediante ordem bancária através de instituição financeira a ser determinada pelo



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Município.

18.2. No caso de atraso no pagamento por parte do Município, haverá a incidência de juros moratórios de 0,5% (cinquenta centésimo por cento) ao mês ou fração, a contar da data prevista para pagamento até o efetivo pagamento.

18.3. Não serão aceitas propostas com pagamento antecipado ou contra entrega e ainda, não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

18.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas da seguinte forma:

18.4.1. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO: em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, endereço: Praça das Cerejeiras, 1-59, CNPJ nº 46.137.410/0001-80, ref. Processo nº 8.327/2026, número da Ata de Registro de Preços/Contrato e da(s) nota(s) de empenho(s);

18.5. A Nota Fiscal deverá conter o total de quilômetros do mês - total este a ser encontrado mediante a multiplicação do número de km/dia ora fixado pelo número de dias letivos previstos para o mês no calendário oficial - bem como, ainda, a multiplicação do total de quilômetros pelo valor unitário do quilômetro.

18.6. Juntamente com a nota fiscal eletrônica mensal e o relatório de medição dos serviços efetivamente prestados, contendo km contratado por linha, nº de alunos transportados e número de veículos empregados no transporte, a contratada deverá encaminhar a contratante os seguintes documentos (em forma digital), com prazo de validade em vigor, sem os quais, o pagamento não será autorizado:

- CND - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida da União (Fazenda Federal), inclusive Seguridade Social (INSS);
- CND - Certidão Negativa de Tributos Mobiliários (Fazenda Municipal);
- CRF - Certificado de Regularidade do FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

18.7. No caso da CONTRATADA se omitir na apresentação dos documentos acima descritos, CONTRATANTE efetuará a notificação para que a CONTRATADA apresente os documentos no prazo Máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da notificação, sob pena de abertura de procedimento de aplicação de penalidades, estando sujeita a rescisão unilateral do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da denúncia da situação ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego para as providências pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA CONTRATAÇÃO

19.1. A licitante vencedora deverá assinar o contrato dentro de **05 (cinco) dias úteis** da convocação feita



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

pela Diretoria de Documentos Públicos da Secretaria dos Negócios Jurídicos, sob a pena de decair do direito de contratação e incidir na multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total de sua proposta, além de sujeitar-se a outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

19.1.1. Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a adjudicatária deverá prestar **GARANTIA** de execução, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.1.1.2 A garantia contratual poderá ser apresentada nos termos previstos no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. Quando a licitante vencedora não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidas, será convocada outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação.

19.3. O Município de Bauru poderá, a qualquer tempo, e sem necessidade de adoção de qualquer tempo outra providência na esfera judicial, rescindir a avença, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, estando assegurados, em quaisquer hipóteses, as garantias constitucionais ao contraditório, e à ampla defesa e ao devido processo legal.

19.4. Se, por ocasião da formalização do Contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Receita federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Trabalhista, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

19.5. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar as exigências referidas, com prazos de validade, sob pena da contratação não se realizar.

19.6. A documentação relativa a retirada do contrato para assinatura consistirá em:

a) Alvará de Licença, Localização e Funcionamento, relativo ao domicílio da proponente, com o ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação.

b) Apresentar os seguintes documentos do Veículo a ser utilizado na prestação dos serviços objeto deste Edital:

b.1) Comprovante de quitação do IPVA vigente, seguro obrigatório e licenciamento do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte;

b.2) Quando os veículos não forem de propriedade da contratada, este deverá apresentar documento que



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

comprove o direito de utilizá-lo para execução do objeto deste Certame Licitatório;

b.3) Certificação de Segurança Veicular expedido por instituição técnica licenciada para este fim junto ao DENATRAN;

b.4) Registro como veículo de passageiros, emitido pelo órgão estadual, constante no CRLV;

b.5) Comprovante de seguro de responsabilidade civil de transporte coletivo rodoviário de passageiros municipal/intermunicipal através de Apólice de Seguro e comprovante de pagamento, ou apresentação de Proposta de Seguro, ambos nas coberturas de:

- Danos Materiais causados a Terceiros: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)
- Danos Corporais causados a Terceiros: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)
- Danos Morais causados a Terceiros: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
- Danos Materiais causados a Passageiros: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)
- Danos Corporais causados a Passageiros: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)
- Danos Morais causados a Passageiros: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
- APP Morte acidental (por passageiro) – R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- Invalidez Permanente (por passageiro) – R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- Despesas Médico Hospitalares (DMHO) (por passageiro) – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

c) prestar garantia de execução do contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/global do contrato, observados os parâmetros legais.

c.1) A garantia poderá ser prestada, a critério da contratada, por qualquer das modalidades admitidas em lei:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária;

IV – título de capitalização.

c.2) A garantia deverá ser apresentada em instrumento idôneo, com identificação do contrato, valor garantido, vigência e condições de execução, devendo cobrir todo o período contratual, inclusive prorrogações e aditivos que impliquem aumento de valor, sob pena de inadimplemento contratual.

c.3) Havendo alteração do valor contratual que impacte a garantia, a contratada deverá suplementar/recompôr o valor garantido no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da formalização do termo aditivo/ajuste.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA GESTÃO DO CONTRATO

20.1. O Município de Bauru designa como GERENCIADOR deste Contrato, a SECRETARIA MUNICIPAL DA



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDUCAÇÃO, que terá a incumbência de efetuar a prática de todos os atos de seu controle e gerenciamento.

20.2. O Município de Bauru designa ainda, como Gestores do Contrato, os seguintes servidores:

- SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO:

a) Gestor Titular: Marcio Massanori Iwamoto; matrícula nº 37.006

b) Gestor Suplente: Mayara Fernanda Lino Rodrigues; matrícula nº 32.250

20.3. A **Licitante vencedora** designa como Gestor do CONTRATO, o Sr., portador do RG nº e inscrito no CPF nº

20.4. Ao(s) gestor(es) do Contrato por parte do Município de Bauru, além das atribuições previstas no art. 19 do Decreto Municipal nº 16.666/2023, compete:

20.4.1. Assegurar-se, quando do uso do Contrato, quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização.

20.4.2. Zelar, pelos demais atos da Licitante Vencedora, relativos ao cumprimento das obrigações assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais.

20.4.3. Informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa da licitante vencedora em atender às condições estabelecidas no edital, firmadas neste Contrato, quanto às divergências relativas à entrega ou as características e origem dos bens registrados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO, AS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E A RESCISÃO CONTRATUAL

21.1. **Comete infração administrativa, nos termos da lei, o LICITANTE que, com dolo ou culpa:**

21.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato; **conforme previsto no art. 155, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.**

21.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; conforme previsto no art. 155, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato; conforme previsto no art. 155, inciso III da Lei Federal



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

nº 14.133/2021.

21.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame, conforme previsto no art. 155, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021

21.1.4.1 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando, conforme previsto no art. 155, incisos I, II, III, V e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra, quando o caso;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, **conforme previsto no art. 155, inciso VII da Lei Federal nº 14.133/2021.**

21.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme previsto no art. 155, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021

- a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço no prazo estabelecido no subitem 19.1
- b) Recusar-se, sem justificativa, a aceitar ou retirar contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido no subitem 19.1.1.

21.1.7 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, conforme previsto no art. 155, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021

21.1.8 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, conforme previsto no art. 155, inciso IX da Lei Federal nº 14.133/2021

21.1.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, conforme previsto no art. 155, inciso X da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial quando:

- a)** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

21.1.10 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, conforme previsto no art. 155, inciso XI da Lei Federal nº 14.133/2021

21.1.11 Praticar ato lesivo, conforme previsto no art. 155, inciso XII da Lei Federal nº 14.133/2021

21.2 Com fulcro no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos LICITANTES e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência ao responsável pela infração administrativa prevista no subitem 21.1., bem como no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) Multa calculada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ao responsável pelo cometimento das infrações administrativas previstas nos subitens 21.1.1 a 21.1.11 bem como no artigo 155 da Lei Federal 14.133/2021.

c) Impedimento de licitar e contratar ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 21.1.2 a 21.1.6 bem como nos incisos II, III, IV, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 21.1.7 a 21.1.11 e nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 21.1.2 a 21.1.6 e incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art 155 da lei Federal nº 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea c), subitem 21.2, desta clausula, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes Federativos pelo prazo máximo de 3(três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.3 O atraso injustificado na execução do contrato/ata de registro de preço sujeitará o contrato/compromissário a multa de mora, em atendimento ao previsto no artigo 162 caput da Lei



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Federal nº 14.133/2021 calculada sobre o valor da obrigação não cumprida a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, par atraso de até 15(quinze) dias.
- b) 1% (um por cento) ao dia, a partir de 16º (décimo sexto) dia, sendo aplicada em acréscimo a do inciso I, estando limitada a 20% (vinte por cento).
- c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato conforme o caso.

21.3.1. Os Prazos referidos nas alíneas **a, b e c** deste subitem considerarão **dias corridos**.

21.3.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação acumulada de outras sanções, conforme previsto no artigo 162, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4 Na aplicação das sanções serão considerados, conforme previsto no § 1º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

21.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.4.2 As peculiaridades do caso concreto;

21.4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.4.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

21.4.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da comunicação oficial.

21.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa, conforme previsto no § 7º do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Município a compromissária, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

21.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente, à penalidade de multa.

21.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 21.1.2 a 21.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **03 (três) anos**, conforme previsto no §4º do art. 156 da Lei Federal nº14.133/2021

21.9 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas descritas nos itens 21.1.5; 21.1.6.; 21.1.7; 21.1.8 , bem como pelas infrações administrativas descritas nos itens 21.1.1; 21.1.2; 21.1.3 e 21.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar , e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme previsto no §5º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021

21.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração;

21.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão de contratação, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o **LICITANTE** ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.12 Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos, conforme previstos nos artigos 157 e 158 da Lei Federal nº 14.133/2021

21.13 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (VINTE) DIAS ÚTEIS**, contado do seu recebimento.

21.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**) e endereço eletrônico gov.br/compras.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

22.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seus anexos nos termos legais.

22.11. Fica eleito o foro da Comarca de Bauru/SP, com a renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões suscitadas da interpretação desta licitação, seu contrato e demais atos dele decorrentes.

Bauru/SP, 15 de maio de 2026.

Suéllen Silva Rosim
Prefeita Municipal



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos do ensino infantil, fundamental e médio e escolas especiais, salas de recursos e escolas de período integral.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA, operando em linhas que circularão entre bairros diversos, na zona urbana e na zona rural, em todos os dias letivos de acordo com o Calendário Oficial Escolar.

O serviço foi dimensionado através de dados da Secretaria Municipal de Educação e Diretoria Regional de Ensino, e ainda com base no estudo de roteirização contratado por essa pasta através do Processo nº 92.312/2025, sendo considerado o cadastro de alunos, atualizado até o mês de outubro de 2.025, contendo aproximadamente 4.449 alunos.

TABELA 01 – Linhas

A quilometragem, segundo verificações técnicas apresentadas pela empresa terceirizada que foi contratada para realização de roteirização, projeto e desenho do sistema de transporte escolar da Secretaria Municipal da Educação, onde visa atender os alunos da rede municipal e estadual (Processo 92.312/2025) é de aproximadamente 12.034,22 Km/dia, considerando quilometragem produtiva e ociosa.

Considera-se quilometragem produtiva aquela percorrida do primeiro embarque até a unidade escolar dos alunos e ociosa aquela percorrida pelo veículo sem o transporte de alunos, necessária ao deslocamento entre a garagem e o início da rota, bem como do término da rota até o retorno à garagem, além de eventuais ajustes operacionais indispensáveis à execução do serviço.

ROTA	LINHA	TURNO	TIPO	QTDDE DE ALUNOS	BAIA	KM PRODUTIVO (MÉDIA DIÁRIA)
1	APAE 1	MANHA	ENTRADA	11	3	13,21
			SAIDA	11	3	17,14
		TARDE	ENTRADA	20	3	22,64
			SAIDA	20	3	22,21
	APAE 2	MANHA	ENTRADA	22	3	15,05
			SAIDA	22	3	15,87
		TARDE	ENTRADA	22	3	17,53
			SAIDA	22	3	17,69
	APAE 3	MANHA	ENTRADA	20	4	22,84
			SAIDA	20	4	23,37
		TARDE	ENTRADA	21	1	22,83
			SAIDA	21	1	24,46
	APAE 4	MANHA	ENTRADA	19	3	16,85
			SAIDA	19	3	16,85
		TARDE	ENTRADA	13	3	19,83
			SAIDA	13	3	20,23
	APAE 5	MANHA	ENTRADA	20	3	17,53
			SAIDA	20	3	17,24
		TARDE	ENTRADA	25	3	20,14
			SAIDA	25	3	19,70
	APAE 6	MANHA	ENTRADA	19	3	31,23



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

		TARDE	SAIDA	19	3	26,01
			ENTRADA	18	1	22,61
			SAIDA	18	1	24,49
	APAE 7	MANHA	ENTRADA	20	4	28,79
			SAIDA	20	4	28,42
		TARDE	ENTRADA	19	4	22,31
			SAIDA	19	4	25,73
	APAE 8	MANHA	ENTRADA	10	3	15,76
			SAIDA	10	3	15,98
		TARDE	ENTRADA	21	3	28,91
			SAIDA	21	3	29,77
	APAE 9	MANHA	ENTRADA	15	2	39,98
			SAIDA	15	2	39,07
		TARDE	ENTRADA	12	0	19,04
			SAIDA	12	0	19,23
	APAE 10	MANHA	ENTRADA	17	3	28,15
			SAIDA	17	3	28,02
2	APIECE 1	MANHA	ENTRADA	13	0	25,04
			SAIDA	10	0	14,15
		TARDE	ENTRADA	9	0	19,69
			SAIDA	12	0	24,03
	APIECE 2	MANHA	ENTRADA	17	0	14,45
			SAIDA	11	0	11,13
		TARDE	ENTRADA	10	0	12,37
			SAIDA	16	0	18,68
	APIECE 3	MANHA	ENTRADA	29	0	17,40
			SAIDA	6	0	16,76
		TARDE	ENTRADA	13	0	16,22
			SAIDA	30	0	08,68
	APIECE 4	MANHA	ENTRADA	8	0	17,11
			SAIDA	3	0	12,93
		TARDE	ENTRADA	11	0	15,76
			SAIDA	16	0	10,23
	APIECE 5	MANHA	ENTRADA	19	1	14,88
			SAIDA	8	1	11,90
		TARDE	SAIDA	17	1	13,71
3	CEJA PETROPOLIS	MANHA	ENTRADA	7	0	23,37
			SAIDA	7	0	24,85
		TARDE	ENTRADA	12	0	24,51
			SAIDA	11	0	25,28
		NOITE	ENTRADA	24	0	14,84
			SAIDA	24	0	14,97



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	CEJA REDENTOR	MANHA 1	ENTRADA	6	0	14,47
			SAIDA	6	0	17,11
		MANHA 2	ENTRADA	10	0	12,92
			SAIDA	10	0	13,21
		TARDE 1	ENTRADA	17	0	15,55
			SAIDA	17	0	13,24
		TARDE 2	ENTRADA	7	0	21,79
			SAIDA	7	0	21,79
		NOITE	ENTRADA	12	0	16,39
			SAIDA	12	0	17,90
	CEJA EDSON FRANCISCO	TARDE	ENTRADA	17	0	07,09
			SAIDA	17	0	08,69
		NOITE	ENTRADA	19	0	12,69
			SAIDA	19	0	13,22
	CEJA GODOY	NOITE 1	ENTRADA	7	0	15,47
			SAIDA	7	0	12,96
		NOITE 2	ENTRADA	13	0	05,89
			SAIDA	13	0	07,14
	CEJA MARY DOTA	NOITE 1	ENTRADA	9	0	12,47
			SAIDA	9	0	11,12
		NOITE 2	ENTRADA	16	0	18,20
			SAIDA	16	0	19,65
	CEJA PQ. NAÇÕES	NOITE 1	ENTRADA	29	0	13,71
			SAIDA	29	0	14,31
		NOITE 2	ENTRADA	17	0	07,08
			SAIDA	17	0	07,11
	CEJA VL. SÃO PAULO	NOITE	ENTRADA	7	0	07,20
			SAIDA	10	0	05,61
4	ASSOCIAÇÕES - EDUC ESPECIAL, AFAPAB E CEDAU	MANHA 1	ENTRADA	14	0	37,98
			SAIDA	14	0	34,81
		MANHA 2	ENTRADA	9	0	26,92
			SAIDA	9	0	30,84
		TARDE 1	ENTRADA	16	0	30,12
			SAIDA	16	0	41,46
		TARDE 2	ENTRADA	7	0	25,17
			SAIDA	7	0	29,20
5	CRECHE - EEI ANGELICA LEITE DE FREITAS	INTEGRAL 1	ENTRADA	9	0	38,61
			SAIDA	5	0	32,93
		INTEGRAL 2	ENTRADA	16	0	47,23
			SAIDA	14	0	53,70
		MANHA	SAIDA	6	0	32,20
		TARDE 1	ENTRADA	11	0	61,17



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

			SAIDA	11	0	61,62
		TARDE 2	ENTRADA	6	0	40,27
			SAIDA	6	0	52,84
6	ADA CARIANI	INTEGRAL	ENTRADA	4	0	07,53
			SAIDA	4	0	07,27
7	E.E. CHRISTINO CABRAL	INTEGRAL 1	ENTRADA	35	0	03,19
			SAIDA	35	0	03,12
		INTEGRAL 2	ENTRADA	35	0	03,49
			SAIDA	35	0	02,90
		INTEGRAL 3	ENTRADA	27	0	14,00
			SAIDA	27	0	19,97
		INTEGRAL 4	ENTRADA	21	0	07,45
			SAIDA	21	0	07,78
8	E.E DR. CARLOS CHAGAS	MANHA 1	ENTRADA	38	0	04,38
			SAIDA	38	0	04,01
		MANHA 2	ENTRADA	42	0	07,35
			SAIDA	42	0	07,61
		TARDE 1	ENTRADA	34	0	04,37
			SAIDA	34	0	03,12
		TARDE 2	ENTRADA	36	0	07,39
			SAIDA	36	0	07,57
		NOITE	ENTRADA	11		07,23
			SAIDA	11	0	07,58
9	E.E. DR. CARLOS CHAGAS / E.E. PROF. PADRE ANTÔNIO JORGE LIMA	NOITE	ENTRADA	23	0	08,83
			SAIDA	23	0	09,21
10	E.E DURVAL GUEDES DE AZEVEDO	MANHA	ENTRADA	17	0	04,90
			SAÍDA	17	0	04,87
		TARDE	ENTRADA	14	0	06,65
			SAÍDA	14	0	06,61
11	E.E. ERNESTO MONTE	INTEGRAL 1	ENTRADA	31	0	07,74
			SAIDA	31	0	08,76
		INTEGRAL 2	ENTRADA	27	0	04,37
			SAIDA	27	0	04,71
		INTEGRAL 3	ENTRADA	32	0	03,66
			SAIDA	32	0	03,64
		INTEGRAL 4	ENTRADA	43	0	08,11
			SAIDA	43	0	08,95
		INTEGRAL 5	ENTRADA	32	0	10,39
			SAIDA	32	0	18,74



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

12	E.E. ERNESTO MONTE / PROF. CHRISTINO CABRAL	INTEGRAL 1	ENTRADA	37	0	16,48
			SAIDA	37	0	16,35
		INTEGRAL 2	ENTRADA	23	0	13,29
			SAIDA	23	0	14,37
13	E.E. PROF. FRANCISCO ALVES BRIZOLA	INTEGRAL	ENTRADA	1		05,09
			SAIDA	1	0	08,75
14	E.E. GUIA LOPES	MANHA	ENTRADA	21	0	13,12
			SAIDA	21	0	13,30
		TARDE	ENTRADA	5	0	16,06
			SAIDA	5	0	16,50
15	E.E JARDIM TANGARAS	INTEGRAL 1	ENTRADA	40	1	06,48
			SAIDA	40	1	06,99
		INTEGRAL 2	ENTRADA	38	0	05,35
			SAIDA	38	0	05,36
		INTEGRAL 3	ENTRADA	37	0	20,09
			SAIDA	36	0	24,90
		INTEGRAL 4	ENTRADA	36	0	10,81
			SAIDA	36	0	11,26
16	E.E. JOÃO MARINGONI	INTEGRAL 5	ENTRADA	36	0	03,04
			SAIDA	36	0	03,27
		MANHA 1	ENTRADA	21	0	25,30
			SAIDA	21	0	06,90
		MANHA 2	ENTRADA	34	0	06,44
			SAIDA	34	0	07,31
		MANHA 3	ENTRADA	33	0	02,30
			SAIDA	33	0	02,96
		MANHA 4	ENTRADA	42	0	02,34
			SAIDA	42	0	02,96
		MANHA 5	ENTRADA	35	0	02,47
			SAIDA	35	0	03,03
		TARDE 1	ENTRADA	11	0	08,55
			SAIDA	11	0	08,91
		TARDE 2	ENTRADA	41	0	05,38
			SAIDA	41	0	05,13
		TARDE 3	ENTRADA	34	0	02,64
			SAIDA	34	0	03,40
		TARDE 4	ENTRADA	34	0	02,34
			SAIDA	34	0	03,36
		TARDE 5	ENTRADA	27	0	02,44
			SAIDA	27	0	03,36



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

17	E.E. JOÃO SIMÕES NETTO	MANHA 1	ENTRADA	37	0	19,90
			SAIDA	30	0	26,06
		MANHA 2	ENTRADA	38	0	04,80
			SAIDA	38	0	04,81
		TARDE 1	ENTRADA	43	0	18,79
			SAIDA	43	0	17,21
		TARDE 2	ENTRADA	36	0	04,06
			SAIDA	36	0	04,09
18	E.E. LUIZ BRAGA	MANHA 1	ENTRADA	42	0	10,67
			SAIDA	42	0	09,97
		MANHA2	ENTRADA	36	0	04,10
			SAIDA	36	0	03,55
		MANHA 3	ENTRADA	38	0	12,53
			SAIDA	38	0	11,05
		TARDE 1	ENTRADA	39	0	11,14
			SAIDA	39	0	10,66
		TARDE 2	ENTRADA	43	0	12,78
			SAIDA	43	0	11,78
		TARDE 3	ENTRADA	37	0	09,84
			SAIDA	37	0	09,95
19	E.E. LUIZ CARLOS GOMES	INTEGRAL	ENTRADA	5	0	05,81
			SAIDA	5	0	05,81
20	E.E. MAJOR FRAGA	MANHA 1	ENTRADA	44	0	79,35
			SAIDA	44	0	75,84
		TARDE 1	ENTRADA	19	0	35,10
			SAIDA	19	0	35,09
		TARDE 2	ENTRADA	31	0	41,65
			SAIDA	31	0	66,54
		TARDE 3	ENTRADA	10	0	23,94
			SAIDA	10	0	14,36
		NOITE 1	ENTRADA	8	0	39,62
			SAIDA	8	0	39,73
		NOITE 2	ENTRADA	7	0	43,54
			SAIDA	7	0	47,73
21	E.E. PROF. PADRE ANTÔNIO JORGE LIMA	MANHA 1	ENTRADA	37	0	05,24
			SAIDA	37	0	05,79
		MANHA 2	ENTRADA	37	0	01,92
			SAIDA	37	0	02,26
		MANHA 3	ENTRADA	31	0	06,86
			SAIDA	31	0	09,10
		TARDE 1	ENTRADA	39	0	06,12
			SAIDA	39	0	06,44
		TARDE 2	ENTRADA	32	0	05,46
			SAIDA			



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

			SAIDA	32	0	05,79
22	E.E. PROF. ANTONIO SERRALVO SOBRINHO / E.E. PROF. DURVAL GUEDES DE AZEVEDO	MANHA 1	ENTRADA	41	1	07,14
			SAIDA	41	1	07,28
		MANHA 2	ENTRADA	23	0	11,21
			SAIDA	23	0	12,15
		TARDE 1	ENTRADA	36	1	09,03
			SAIDA	36	1	09,02
		TARDE 2	ENTRADA	11	0	13,39
			SAIDA	11	0	14,10
23	E.E. PROF. FRANCISCO ANTUNES	MANHA	ENTRADA	2	0	02,30
			SAIDA	2	0	02,91
24	E.E. PROF. HENRIQUE BERTOLUCCI	MANHA	ENTRADA	3	1	06,04
			SAIDA	3	1	04,90
		TARDE	ENTRADA	3	0	04,39
			SAIDA	3	0	03,65
25	E.E. PROFª IRACEMA DE CASTRO AMARANTE	INTEGRAL	ENTRADA	6	0	07,85
			SAIDA	6	0	07,90
26	E.E. PROF JOAQUIM DE MICHELI / E.E. DR. LUIZ ZUIANI/ E.E. PROFª MERCEDES PAZ BUENO	MANHA 1	ENTRADA	3	0	16,33
			SAIDA	3	0	18,63
		MANHA 2	ENTRADA	11	0	24,91
			SAIDA	11	0	22,75
		MANHA 3	ENTRADA	10	2	14,35
			SAIDA	10	2	14,30
		TARDE 1	ENTRADA	13	0	20,64
			SAIDA	13	0	17,84
		TARDE 2	ENTRADA	16	0	16,42
			SAIDA	16	0	16,58
		NOITE	ENTRADA	3	0	09,03
			SAIDA	3	0	08,29
27	E.E. PROF JOSÉ VIRANDA	MANHA	ENTRADA	26	0	07,22
			SAIDA	26	0	07,24
		TARDE	ENTRADA	22	0	08,90
			SAIDA	22	0	09,09
28	E.E. PROF. LUIZ CASTANHO DE ALMEIDA	MANHA 1	ENTRADA	35	0	05,65
			SAIDA	35	0	06,16
		MANHA 2	ENTRADA	35	0	06,74
			SAIDA	35	0	06,81
		MANHA 3	ENTRADA	29	0	07,80
			SAIDA	29	0	07,71



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

		TARDE	ENTRADA	4	0	07,97
			SAIDA	4	0	07,88
29	E.E. PROFª MARTHA AP. H. BARBOSA	MANHA 1	ENTRADA	22	0	10,89
			SAIDA	22	0	11,27
		MANHA 2	ENTRADA	22	4	11,35
			SAIDA	22	4	12,09
		TARDE 1	ENTRADA	14	0	12,03
			SAIDA	14	0	11,93
		TARDE 2	ENTRADA	22	4	11,85
			SAIDA	22	4	12,24
30	E.E. PROF. MORAIS PACHECO	INTEGRAL	ENTRADA	5	0	07,78
			SAIDA	5	0	08,21
31	E.E. PROF. WALTER BARRETO MELCHERT	MANHA 1	ENTRADA	44	0	14,74
			SAIDA	44	0	11,88
		MANHA 2	ENTRADA	41	0	06,15
			SAIDA	41	0	05,99
		MANHA 3	ENTRADA	38	0	07,32
			SAIDA	38	0	07,91
		MANHA 4	ENTRADA	37	0	04,27
			SAIDA	37	0	03,80
		MANHA 5	ENTRADA	39	0	01,93
			SAIDA	39	0	02,33
		TARDE 1	ENTRADA	34	0	14,68
			SAIDA	34	0	11,65
		TARDE 2	ENTRADA	35	0	08,10
			SAIDA	35	0	07,98
		TARDE 3	ENTRADA	33	0	01,83
			SAIDA	33	0	04,25
		TARDE 4	ENTRADA	32	0	02,56
			SAIDA	32	0	02,57
		TARDE 5	ENTRADA	18	0	03,07
			SAIDA	18	0	03,16
		NOITE	ENTRADA	3	0	05,81
			SAIDA	3	0	05,72
32	E.E. PROFª CAROLINA LOPES DE ALMEIDA / E.E. JOAQUIM RODRIGUES MADUREIRA	MANHA 1	ENTRADA	29	0	07,59
			SAIDA	29	0	06,85
		MANHA 2	ENTRADA	24	0	15,05
			SAIDA	24	0	15,99
		TARDE 1	ENTRADA	36	0	07,67
			SAIDA	36	0	06,85
		TARDE 2	ENTRADA	33	0	08,69
			SAIDA	33	0	08,04



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

		TARDE 3	ENTRADA	40	0	13,58
			SAIDA	40	0	15,26
33	EMEF CÔNEGO ANÍBAL DIFRÂNCIAI / EMEF NACILDA DE CAMPOS	MANHA	ENTRADA	31	0	12,61
			SAIDA	38	0	15,44
		TARDE	ENTRADA	11	1	12,53
			SAIDA	11	1	11,52
34	EMEF JOSÉ FRANCISCO JÚNIOR	MANHA 1	ENTRADA	38	0	05,33
			SAIDA	42	0	05,55
		MANHA 2	ENTRADA	42	0	03,09
			SAIDA	42	0	03,09
		TARDE 1	ENTRADA	43	0	04,46
			SAIDA	37	0	04,49
		TARDE 2	ENTRADA	37	0	03,10
			SAIDA	38	0	03,10
		TARDE 3	ENTRADA	38	0	01,30
			SAIDA	28	0	01,32
		TARDE 4	ENTRADA	28	0	03,12
			SAIDA	11	0	03,13
35	EMEF JOSÉ FRANCISCO JÚNIOR / EMEF GERALDO ARONE	MANHA	ENTRADA	42	0	05,70
			SAIDA	11	0	04,78
36	EMEF NER / EMEF PROF LOURDES DE OLIVEIRA COLNAGHI	MANHA	ENTRADA	11	1	10,73
			SAIDA	35	1	12,30
37	EMEF NER / EMEF PROF LOURDES DE OLIVEIRA COLNAGHI / EMEI LEILA DE FATIMA ALVAREZ CASSAB	TARDE	ENTRADA	11	3	22,64
			SAIDA	34	3	16,05
38	EMEF PROF WALDOMIRO FANTINI	TARDE	ENTRADA	19	0	04,43
			SAIDA	19	0	04,04
39	EMEF PROF WALDOMIRO FANTINI / EMEI ARACY P BRAZOLOTO	MANHA	ENTRADA	19	0	07,96
			SAIDA	19	0	07,95
40	EMEF PROFª DIRCE BOEMER GUEDES DE AZEVEDO	MANHA 1	ENTRADA	35	0	15,61
			SAIDA	44	0	15,43
		MANHA 2	ENTRADA	44	0	10,39
			SAIDA	36	0	09,70
		MANHA 3	ENTRADA	36	0	12,13
			SAIDA	36	0	10,25



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

		MANHA 4	ENTRADA	36	0	08,64
			SAIDA	32	0	08,19
		TARDE 1	ENTRADA	34	0	16,55
			SAIDA	40	0	16,65
		TARDE 2	ENTRADA	40	0	10,39
			SAIDA	44	0	09,93
		TARDE 3	ENTRADA	44	0	12,67
			SAIDA	39	0	10,40
		TARDE 4	ENTRADA	39	0	08,77
			SAIDA	36	0	08,04
		TARDE 5	ENTRADA	36	0	08,64
			SAIDA	19	0	08,22
41	EMEF PROFª DIRCE BOEMER GUEDES DE AZEVEDO/EMEF ETELVINO RODRIGUES MADUREIRA	MANHA	ENTRADA	32	4	11,39
			SAIDA	19	4	09,52
42	EMEF THEREZA TARZIA	TARDE	ENTRADA	36	0	02,38
			SAIDA	11	0	02,40
43	EMEF THEREZA TARZIA/EMEF ALZIRA CARDOSO	MANHA	ENTRADA	26	0	08,02
			SAIDA	31	0	08,03
44	EMEII VENANCIO RAMALHO GUEDES DE AZEVEDO	INTEGRAL	ENTRADA	11	0	17,26
			SAIDA	4	0	15,45
45	EMEII WILSON MONTEIRO BONATO	INTEGRAL	ENTRADA	4	0	13,21
			SAIDA	7	0	13,64
46	EMEII PROF ISAAC PORTAL ROLDAN	INTEGRAL	ENTRADA	3	0	12,65
			SAIDA	3	0	8,08
		TARDE	ENTRADA	1	0	10,65
		MANHA	SAIDA	11	0	8,08
47	LAR ESCOLA SANTA LUZIA PARA CEGOS	MANHA 1	ENTRADA	19	0	32,87
			SAIDA	19	0	30,00
		MANHA 2	ENTRADA	17	0	27,70
			SAIDA	17	0	27,31
		MANHA 3	ENTRADA	18	0	28,22
			SAIDA	18	0	28,44
		MANHA 4	ENTRADA	14	0	28,64
			SAIDA	14	0	25,88
		MANHA 5	ENTRADA	14	0	41,22
			SAIDA	14	0	35,65
		TARDE 1	ENTRADA	19	0	33,20
			SAIDA	19	0	30,12



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

	TARDE 2	ENTRADA	17	0	27,70
		SAIDA	17	0	27,55
	TARDE 3	ENTRADA	17	0	28,08
		SAIDA	17	0	28,37
	TARDE 4	ENTRADA	15	0	28,84
		SAIDA	15	0	25,61
	TARDE 5	ENTRADA	14	0	41,56
		SAIDA	14	0	36,30

* Em algumas linhas, há diferença entre a quantidade de entrada e saída devido à incompatibilidade de horários, levando os alunos a retornarem por outras linhas.

1.1. O sistema deverá ser dividido em 04 turnos:

- Turno 1- ida para escola dos alunos do período da manhã;
- Turno 2- retorno dos alunos do turno 1 e ida para escola dos alunos do período da tarde;
- Turno 3- retorno dos alunos do período da tarde e ida para a escola dos alunos do período da noite;
- Turno 4- retorno dos alunos que estudam à noite

1.2. Horários de entrada e saída dos alunos das escolas, conforme planilha abaixo:

ESCOLAS ESTADUAIS

ESCOLA	MANHÃ	TARDE	NOITE
ADA CARIANI AVALONE PROFA EE	EF: 07:15 AS 14:05	EM 14:30 ÀS 21:30	
ANTONIO GUEDES DE AZEVEDO PROF. EE	EF: 07:15 AS 14:05	EM 14:25 ÀS 21:30	
ANTONIO JORGE LIMA PADRE EE	07:00 AS 12:20	13:00 AS 18:20	19:00 AS 23:00
ANTONIO SERRALVO SOBRINHO PROF EE	07:00 AS 12:20	12:40 AS 18:00	
CARLOS CHAGAS DR EE	07:00 AS 12:20	13:00 AS 18:20	19:00 AS 23:00
CAROLINA LOPES DE ALMEIDA PROFA EE	07:00 AS 12:20	13:00 AS 18:20	19:00 AS 23:00
CHRISTINO CABRAL PROF EE	07:00 AS 16:00		
DURVAL GUEDES DE AZEVEDO PROF EE	07:00 AS 12:20	13:00 AS 18:20	
ERNESTO MONTE EE	07:00 AS 16:00		
FRANCISCO ALVES BRIZOLA PROF EE	07:30 AS 16:30		
FRANCISCO ANTUNES PROF EE	07:00 AS 12:35	13:00 AS 17:50	
GUIA LOPES EE	07:00 AS 14:00	EM 14:20 AS 21:20	
HENRIQUE BERTOLUCCI PROF EE	07:00 AS 12:20	12:40 AS 18:00	
IRACEMA DE CASTRO AMARANTE PROFA EE	2ª, 4ª, 5ª e 6ª das 07:00 as 16:00 e 3ª das 07:00 as 14:20 (ANOS INICIAIS 1º ao 5º)	2ª a 6ª das 07:00 as 16:00 (ANOS FINAIS 6º ao 9º)	
JARDIM TANGARÁS EE	07:00 AS 16:00		
JOAO MARINGONI EE	07:00 AS 12:20	13:00 AS 18:20	19:00 AS 23:00
JOÃO SIMÕES NETTO-EE	07:00 AS 12:20	12:40 AS 18:00	
JOAQUIM DE MICIELI PROF EE	07:00 AS 12:20	13:00 AS 18:20	
JOAQUIM RODRIGUES MADUREIRA EE	07:00 AS 12:20	13:00 AS 18:20	



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

JOSE VIRANDA PROF EE	07:00 AS 12:20	12:40 AS 18:00	
LUIZ BRAGA EE PROF. EE	07:00 AS 12:20	12:50 AS 18:10	
LUIZ CARLOS GOMES EE	07:00 AS 16:00		
LUIZ CASTANHO DE ALMEIDA PROF EE	07:00 AS 12:20	12:40 AS 18:00	
LUIZ ZUIANI DR EE	07:00 AS 12:35	13:00 AS 18:35	19:00 AS 23:00
MAJOR FRAGA EE	07:00 AS 12:20	12:40 AS 18:00	19:00 AS 23:00
MARTA AP.HJERTQUIST BARBOSA PROFA EE	07:00 AS 12:20	12:40 AS 18:00	
MERCEDES PAZ BUENO PROFA EE	07:00 AS 12:15	12:40 AS 17:55	
MORAIS PACHECO PROF EE	07:15 AS 16:15		
WALTER BAREETTO MELCHERT PROF EE	07:00 AS 12:20	13:00 AS 18:20	19:00 AS 23:00

HORARIO INDIVIDUALIZADO DOS ALUNOS DAS SALAS DE RECURSOS

SALA DE RECURSO			
Nº	UNIDADE	DIA DA SEMANA	HORÁRIO
1	EE PROF. ANTONIO SERRALVO SOBRINHO	TERÇA-FEIRA	14H20 ÀS 16H
2	EE PROF. ANTONIO SERRALVO SOBRINHO	QUARTA-FEIRA	07H50 ÀS 09H30
3	EE PROF. ANTONIO SERRALVO SOBRINHO	TERÇA-FEIRA	08H40 ÀS 12H20
4	EE PROF. ANTONIO SERRALVO SOBRINHO	TERÇA-FEIRA	07H00 ÀS 08H40
5	EE PROF. ANTONIO SERRALVO SOBRINHO	SEGUNDA-FEIRA	9H35 ÀS 11H15
6	EE DURVAL GUEDES DE AZEVEDO	SEGUNDA-FEIRA	10H40 ÀS 12H20
7	PROFº HENRIQUE BERTOLUCCI	QUARTA-FEIRA	07H00 ÀS 08H40
8	PROFº HENRIQUE BERTOLUCCI	TERÇA-FEIRA	13H00 ÀS 14H40
9	EE JOÃO MARINGONI	QUINTA-FEIRA	14H40 ÀS 16H20
10	EE JOÃO MARINGONI	SEGUNDA-FEIRA	8H40 ÀS 10H20
11	EE JOÃO MARINGONI	QUARTA-FEIRA	8H40 ÀS 10H20
12	EE JOÃO MARINGONI	SEGUNDA-FEIRA	7H ÀS 8H40
13	EE JOÃO SIMÕES NETTO - PROF	QUINTA-FEIRA	13H30 ÀS 15H10
14	EE JOÃO SIMÕES NETTO - PROF	QUINTA-FEIRA	07H50 ÀS 09H50
15	EE JOÃO SIMÕES NETTO - PROF	QUINTA-FEIRA	13H30 ÀS 15H10
16	EE PROF. JOAQUIM DE MICHIELI	TERÇA-FEIRA	15H50 ÀS 17H30
17	JOAQUIM RODRIGUES MADUREIRA	SEXTA-FEIRA	16H40 ÀS 18H20
18	JOAQUIM RODRIGUES MADUREIRA	TERÇA-FEIRA	08H40 ÀS 10H40
19	LUIZ BRAGA	TERÇA-FEIRA	07H00 ÀS 08H40
20	EE PROF. LUIZ CASTANHO DE ALMEIDA	SEXTA-FEIRA	08H40 ÀS 10H20
21	EE PROF. LUIZ CASTANHO DE ALMEIDA	SEXTA-FEIRA	15H30 ÀS 17H10
22	EE PROF. LUIZ CASTANHO DE ALMEIDA	QUARTA-FEIRA	08H40 ÀS 10H20
23	EE DR. LUIZ ZUIANI	SEGUNDA-FEIRA QUARTA-FEIRA	13H00 ÀS 14H40
24	EE DR. LUIZ ZUIANI	SEGUNDA-FEIRA QUARTA-FEIRA	13H00 ÀS 14H40
25	EE DR. LUIZ ZUIANI	SEGUNDA-FEIRA QUARTA-FEIRA	14H40 ÀS 16H20
26	EE DR. LUIZ ZUIANI	QUARTA-FEIRA	12H55 ÀS 14H55



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

27	EE DR. LUIZ ZUIANI	TERÇA-FEIRA QUINTA-FEIRA	08H40 ÀS 10H20
28	EE DR. LUIZ ZUIANI	TERÇA-FEIRA SEXTA-FEIRA	08H40 ÀS 10H20
29	EE DR. LUIZ ZUIANI	QUARTA-FEIRA QUINTA-FEIRA	07H00 ÀS 08H40
30	MAJOR FRAGA	QUINTA-FEIRA	13H00 AS 14H40
31	EE PROFª MARTA AP. H. BARBOSA	QUARTA-FEIRA	16H20 ÀS 18H00
32	EE PROFª MARTA AP. H. BARBOSA	QUARTA-FEIRA	12H40 ÀS 14H20
33	EE PROFª MARTA AP. H. BARBOSA	QUINTA-FEIRA	07H00 ÀS 08H40
34	EE PROFª MARTA AP. H. BARBOSA	TERÇA-FEIRA	16H20 ÀS 18H00
35	EE PROFª MARTA AP. H. BARBOSA	QUARTA-FEIRA	16H20 ÀS 18H00
36	EE PROFª MARTA AP. H. BARBOSA	TERÇA-FEIRA	14H20 ÀS 16H00
37	EE PROFª MARTA AP. H. BARBOSA	QUARTA-FEIRA	10H40 ÀS 12H20
38	EE PROFª MARTA AP. H. BARBOSA	QUARTA-FEIRA	14H20 ÀS 16 H00
39	EE PROFA. MERCEDES PAZ BUENO	QUARTA-FEIRA	10H35 ÀS 12H15
40	EE PROFA. MERCEDES PAZ BUENO	TERÇA-FEIRA	12H40 ÀS 14H20
41	EE PROFA. MERCEDES PAZ BUENO	QUARTA-FEIRA	12H40 ÀS 14H20
42	EE PROFA. MERCEDES PAZ BUENO	TERÇA-FEIRA	12H40 ÀS 14H20
43	EE PROF WALTER BARRETTO MELCHERT	QUINTA-FEIRA	07H50 ÀS 09H30

UNIDADE	QUANT. ALUNOS
EE PROF. ANTONIO SERRALVO SOBRINHO	5
EE DURVAL GUEDES DE AZEVEDO	1
PROFº HENRIQUE BERTOLUCCI	2
EE JOÃO MARINGONI	4
EE JOÃO SIMÕES NETTO - PROF	3
EE PROF. JOAQUIM DE MICHIELI	1
JOAQUIM RODRIGUES MADUREIRA	2
LUIZ BRAGA	1
EE PROF. LUIZ CASTANHO DE ALMEIDA	3
EE DR. LUIZ ZUIANI	7
MAJOR FRAGA	1
EE PROFª MARTA AP. H. BARBOSA	8
EE PROFA. MERCEDES PAZ BUENO	4
EE PROF WALTER BARRETTO MELCHERT	1

Nota - As chamadas Salas de Recursos são voltadas ao reforço escolar, cujas Unidade de Ensino, dias e horários são alterados anualmente a critério da Unidade Regional de Ensino – Bauru.

ENTIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*

ENTIDADE	HORÁRIO
APIECE	07h30 às 11h30/13h00 às 17h00
APAE	07h30 às 11h30/13h30 às 17h30
CEDAU	08h30 às 11h00/14h30 às 16h30
LAR ESCOLA SANTA LUZIA	08h00 às 12h00 / 13h00 às 17h00
AFAPAB	8h00 às 12h00 / 14h00 às 18h00



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL

ESCOLA	HORÁRIO
EMEF SANTA MARIA	07h00 às 12h15 (6º ao 9º) 12h45 às 17h10 (1º ao 5º)
EMEF WALDOMIRO FANTINI	07h15 às 11h40 / 12h45 às 17h10
EMEF JOSÉ FRANCISCO JUNIOR	07h15 às 11h40 / 12h45 às 17h10
EMEF CLAUDETE DA SILVA VECCHI	07h15 às 11h40 / 12h45 às 17h10
EMEF NACILDA DE CAMPOS	07h00 às 12h15 (6º ao 9º) 12h45 às 17h10 (1º ao 5º)
EMEF THEREZA TARZIA	07h15 às 11h40 / 12h45 às 17h10
EMEF NER - NÚCLEO ENSINO RENOVADO	07h00 às 12h15 (6º ao 9º) 12h45 às 17h10 (1º ao 5º)
EMEF ALZIRA CARDOSO	07h15 às 11h40 / 12h45 às 17h10
EMEF CÔNEGO ANÍBAL DIFRÂNCIA	07h00 às 12h15 (6º ao 9º) 12h45 às 17h10 (1º ao 5º)
EMEF DIRCE BOEMER	07h15 às 11h40 / 12h45 às 17h10
EMEF GERALDO ARONE	07h15 às 11h40 / 12h45 às 17h10
CEJA POLO JD. PETRÓPOLIS	8H00 ÀS 11H00 / 13H30 ÀS 16h30 / 18h30 às 21h30
CEJA POLO EDSON FRANCISCO SILVA	13h30 ÀS 16h30 / 18h30 às 21h30
CEJA POLO PQ. DAS NÇÕES	18h30 às 21h30
CEJA POLO JD. REDENTOR	8h00 ÀS 11h00 / 13h30 ÀS 16h30 / 18h30 às 21h30
CEJA POLO NUCLEO MARY DOTA	18h30 às 21h30
CEJA POLO JD. GODOY	18h30 às 21h30
CEJA POLO VL SÃO PAULO	18h30 às 21h30
ESCOLA ANGÉLICA LEITE DE FREITAS	07h15 às 11h00 / 13h00 às 16h30
EMEF LOURDES COLNAGHI	07h15 às 11h40 / 12h45 às 17h10
EMEF ETELVINO RODRIGUES MADUREIRA	07h15 às 11h40 / 12h45 às 17h10

ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO INFANTIL

ESCOLA	HORÁRIO
EMEI ARACY PELLEGRINA BRAZOLOTO	07h30 às 11h30 / 13h00 às 17h00
EMEI CATHARINA PAULUCCI SILVA	07h30 às 11h30 / 13h00 às 17h00
EMEI ISAAC PORTAL ROLDAN	07h30 às 11h30 / 13h00 às 17h00
EMEI LEILA DE FÁTIMA ALVAREZ CASSAB	07h30 às 11h30 / 13h00 às 17h00
EMEI MARIA ELIZABET CAMILO DE PÁDUA	07h30 às 11h30 / 13h00 às 17h00
EMEI ROBERVAL BARROS	07h30 às 11h30 / 13h00 às 17h00
EMEII LUZIA THEREZINHA DE OLIVEIRA BRAGA	07h30 às 11h30 / 13h00 às 17h00
EMEII VENÂNCIO RAMALHO GUEDES DE AZEVEDO	07h30 às 11h30 / 13h00 às 17h00
EMEI ARACY PELLEGRINA BRAZOLOTO	07h30 às 11h30 / 13h00 às 17h00

Nota 1-* - Algumas escolas de recursos para alunos com deficiência e que dependem do transporte.

Nota 2- Os horários de entrada e saída dos alunos poderão sofrer alterações de acordo com o cronograma das unidades escolares.

1.3. RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES ESCOLARES/ENTIDADES:

ESCOLA	ENDEREÇO
AFAPAB	R. Antônio Garcia 6-50 Vila Cidade Universitária
APAE	Av. José Henrique Ferraz 20-20 Jardim Ouro Verde
APIECE	Rua Zéphilo Grizoni 7-87 Jardim Petrópolis
CEDAU	R. Silvio Marchione 3-20 Vila Cidade Universitária
LAR ESCOLA SANTA LUZIA PARA CEGOS	Rua Gustavo Maciel 4-65 Centro



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANGÉLICA LEITE	Rua Joaquim Rodrigues Fraga, Quadra 1, nº 45, Centro, Tibiricá - SP
POLO CEJA IX - PARQUE DAS NAÇÕES	Rua Augusto Bastazini, 3-71, CEP 17053-020
POLO CEJA - EDSON FRANCISCO DA SILVA	Rua Profº Floripes Silveira de Souza, nº 1-8, CEP 17065-420
POLO CEJA - JARDIM GODOY	Rua Profª Aracy Santinho Barbieri, nº 2-50, CEP 17021-340
POLO CEJA - JARDIM PETRÓPOLIS	Rua Capitão Mário Rossi, 7-71, CEP 17064-115
POLO CEJA - JARDIM REDENTOR	Rua Olavo Moura, 2-36, CEP 17032-552
POLO CEJA - NÚCLEO MARY DOTA	R. Maria Elísia Nogueira de Oliveira, 1-100, CEP 17026-670
POLO CEJA - VILA SÃO PAULO	Rua Sebastião Ferraz da Costa, Qd. 04, CEP 17022-114
EMEF ALZIRA CARDOSO	Rua Orozimbo Florêncio Figueiredo, 4-45 – Jardim Chapadão
EMEF CÔNEGO ANÍBAL DIFRÂNCIA	Alameda Manoel Figueiredo, 1-20- Parque São Geraldo
EMEF DIRCE BOEMER GUEDES DE AZEVEDO	Rua Assumpção, 2-17, Vila Santa Luzia (endereço temporário)
EMEF ETELVINO RODRIGUES MADUREIRA	Rua Severino Dantas de Souza, nº 5-15, Jardim Flórida / Araruna
EMEF GERALDO ARONE - PROF.	Rua João Prudente Sobrinho, nº 9-5 – Núcleo Fortunato R. Lima
EMEF JOSÉ FRANCISCO JÚNIOR - ZÉ DO SKINÃO	João Borges, qdra 2, Jd. Progresso
EMEF LOURDES DE OLIVEIRA COLNAGHI - PROFª	Rua Engº João Batista Pacheco Fantin nº 3-20 - Núcleo José Regino
EMEF NACILDA DE CAMPOS	Rua Joaquim Marciano, 5-39 – Vila Garcia/Jd. TV
EMEF NER LYDIA ALEXANDRINA NAVA CURY	Rua Anthero Donnini, nº 1-125 - Núcleo Hab. Presidente Geisel.
EMEF SANTA MARIA	Rua Presidente Kennedy, 19-97, Vila Cardia
EMEF THEREZA TARZIA - IRMÃ ROSAMARIA TARZIA	Rua Antonio Montebugnolo, 6-32 – Núcleo Nobuji Nagasawa
EMEF WALDOMIRO FANTINI - PROF.	Rua Primo Pegoraro, quadra 2-45 Santa Cândida / Leão XIII
EMEI ARACY PELLEGRINA BRAZOLOTO	Rua José Neves Severiano, 4-60 Vila Dutra
EMEI CATHARINA PAULUCCI SILVA	Rua Benedito Raymundo de Mattos, 3-65 Vila São Paulo
EMEI ISAAC PORTAL ROLDAN	Rua Carlos Gomes Camargo, 3-81 Octávio Rasi
EMEI LEILA DE FÁTIMA ALVAREZ CASSAB	Avenida Cruzeiro do Sul, 13-15 Jardim Cruzeiro do Sul
EMEI MARIA ELIZABET CAMILO DE PÁDUA	Rua Mario Colonhesi, 1-35 Vanuire
EMEI ROBERVAL BARROS	Rua Marcel Pinto de Oliveira, 7-11 Jardim Ouro Verde
EMEII LUZIA THEREZINHA DE OLIVEIRA BRAGA	Avenida das Bandeiras, 12-50 Parque Real
EMEII VENÂNCIO RAMALHO GUEDES DE AZEVEDO	Hospital Lauro de Souza Lima – Rod. Comandante João Ribeiro de Barros, km225/22 Aimorés
EMEII WILSON MONTEIRO BONATO	Avenida Nossa Senhora de Fátima, 16-29 Jardim Europa
ADA CARIANI AVALONE PROFA EE PEI - 07 HORAS	AV MARCOS PAULA RAPHAEL , S/N - NHMDOTA
ANTONIO GUEDES DE AZEVEDO PROF. EE PEI - 07 HORAS	RUA FLAVIO TOLEDO CAMPOS, 2-60 - Jd. Pagani
ANTONIO JORGE LIMA PADRE EE	RUA ORLANDO QUERUBIM , Qd.2 -NHNNagasawa
ANTONIO SERRALVO SOBRINHO PROF EE	RUA JOSE MIGUEL,Qd 19 -V.Paulista
CARLOS CHAGAS DR EE	R.BENEDITO RAYMUNDO MATOS ,3-80 -V.S.Paulo
CAROLINA LOPES DE ALMEIDA PROFA EE	RUA NELSON MIRANDA SILVA ,2-68 - Jd.Godoy
CHRISTINO CABRAL PROF EE PEI - 09 HORAS	RUA GERSON FRANCA ,19-165 - Centro
DURVAL GUEDES DE AZEVEDO PROF EE	RUA MARCEL PINTO OLIVEIRA , 4-67 - Jd. Ferraz
ERNESTO MONTE EE	PRACA DAS CEREJEIRAS, 4-44 - Centro



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PEI - 09 HORAS	
FRANCISCO ALVES BRIZOLA PROF EE PEI - 09 HORAS	AV DR IVO GIUNTA , 2-45- Jd. Orquídeas
FRANCISCO ANTUNES PROF EE	RUA SÃO LOURENÇO, 10-17 - Vila seabra
GUIA LOPES EE PEI - 07 HORAS	RUA JOSÉ ABDELNUR ABRHÃO, QD. 2 -C.H.Pres.Dutra
HENRIQUE BERTOLUCCI PROF EE	RUA GABRIEL PINTO RIBEIRO , 3-44 - J.Noroeste
IRACEMA DE CASTRO AMARANTE PROFA EE PEI - 09 HORAS	RUA VITORIA , 14-99 - V.B.Vista
JARDIM TANGARÁS PEI - 09 HORAS	RUA FRANCISCO MANDALITI, 9-40
JOAO MARINGONI EE	R.PROFA JULIETA MENDONCA ,1-50 - NHBeija Flor
JOÃO SIMÕES NETTO-EE	RUA JOSEFINA F.MALAQUINI ,2-20 -P.S.Terezinha
JOAQUIM DE MICHIELI PROF EE	RUA BERNARDINO TRANCHESI ,2-51 -J.C.do Sul
JOAQUIM RODRIGUES MADUREIRA EE	PRACA DAS ORQUIDEAS, 1-6,Parque Vista Alegre
JOSE VIRANDA PROF EE	RUA FORTUNATO RESTA ,8-10 -V.Giunta
LUIZ BRAGA EE PROF. EE	R DR FUAS DE MATOS SABINO ,14-1 J.América
LUIZ CARLOS GOMES EE PEI - 09 HORAS	RUA JOAO ABDELNUR ABRAHAO ,1-10 -CHGDutra
LUIZ CASTANHO DE ALMEIDA PROF EE	RUA CAMPOS SALLES ,11-22 V.Falcão
LUIZ ZUIANI DR EE EJA - FUND.	RUA AVIADOR GOMES RIBEIRO ,34-60 -P.Paulistano
MAJOR FRAGA EE	RUA CARMELO ZAMATARO - DISTR. TIBIRIÇA
MARTA AP.HJERTQUIST BARBOSA EE	RUA SARG.JOSE DOS SANTOS ,S/N- F.C.P.S.Filardi
MERCEDES PAZ BUENO PROFA EE	RUA XINGU ,7-46 - Higienópolis
MORAIS PACHECO PROF EE PEI - 09 HORAS	RUA PRIMEIRO DE MAIO , 16-10 - PB.Vista
WALTER BARRETTO MELCHERT PROF EE	RUA JOSE FAZZIO 1-50 - CHOtavio Rasi

2. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 2.1. Os serviços a serem contratados compreendem o transporte regular de alunos da rede escolar pública municipal e estadual, do município de Bauru, classificados em:
- transporte regular da zona urbana
 - transporte regular de alunos da zona rural
 - transporte de alunos com necessidades especiais
 - transporte de alunos sala de recurso
 - transporte de alunos período integral.
- 2.2. Na Prestação de serviços deverá ser observado:
- O uso de veículos adequados ao transporte escolar, conforme especificações do edital, das legislações em vigor e alterações que vierem a ser realizadas;
 - As normas de trânsito, conforme Código de Trânsito Brasileiro e demais, legislações Federal, Estadual e Municipal e os procedimentos definidos no Contrato.
 - Implantação de um Centro de Controle Operacional com “espelho” na Prefeitura de Bauru/Secretaria Municipal da Educação para o monitoramento diário, em tempo real, de toda a frota do transporte escolar, assegurando: controle de quilometragem e de viagens realizadas versus programadas; rastreamento e histórico de posicionamento; comunicação operacional com condutores e monitores; e painéis de indicadores (dashboards) para apoio à fiscalização municipal

3. CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

- 3.1. O serviço é organizado por rotas e por turnos de operação, sendo que cada ROTA corresponde a um veículo, que deverá realizar um percurso pré-determinado. A esse percurso estará vinculada a relação de alunos que irá utilizá-lo. Essas rotas deverão ser operadas com antecedência ao horário de entrada dos alunos nas escolas e logo após o encerramento da aula, no sentido para sua residência-escola e outro no sentido escola-residência. Compreendendo:



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- turno 1- ida para escola dos alunos do período da manhã;
- turno 2- retorno dos alunos do turno 1 e ida para escola dos alunos do período da tarde;
- turno 3- retorno dos alunos do período da tarde e ida para a escola dos alunos do período da noite;
- turno 4- retorno dos alunos que estudam à noite.

- 3.2. Para otimizar os serviços, em algumas rotas poderá ocorrer aproveitamento (compartilhamento) de frota, e uma mesma rota atenderá diferentes escolas e efetuará diferentes sentidos de viagem.
- 3.3. Os alunos atendidos na zona rural são residentes em propriedades agrícolas, sendo que parte do percurso do transporte escolar poderá ser realizada por vias de acesso às propriedades rurais, estradas vicinais, rodovias estaduais e vias urbanas, pavimentadas ou não.
- 3.4. Para o transporte de Alunos com necessidades especiais, alguns casos necessitarão de adaptações próprias no interior dos veículos, ficando a cargo da CONTRATADA essa adequação.
- 3.5. Para Alunos com idade inferior a 04 anos poderá ter a necessidade de utilização de cadeirinha (*forward-facing*), ficando a cargo da CONTRATADA essa adequação.
- 3.6. O serviço deverá ser prestado durante todo ano letivo, com as devidas variações na quantidade de dias por mês em razão de feriados, férias e outros.
- 3.7. Os serviços deverão ser efetuados com observância das características das rotas e horários adequados as necessidades dos alunos em relação à chegada nas escolas.
- 3.8. Em todas as rotas os veículos deverão contar com um monitor a bordo, no acompanhamento e orientação aos alunos e no transporte de alunos com necessidades especiais, com 02 monitores, devidamente capacitados, que serão identificados por crachás, com nome da empresa e dados pessoais.

TIPO DE ATENDIMENTO	QTD VEICULOS	QTD DE MOTORISTAS	QTD DE MONITORES
TRANSPORTE REGULAR	83	83	83
TRANSPORTE ESPECIAL	13	13	26
TOTAL	96	96	109
TRANSPORTE REGULAR 1 – Motorista; 1 – Monitor		TRANSPORTE ESPECIAL (transporte de alunos com necessidades especiais) 1 – Motorista; 2 – Monitores.	

- 3.9. O percurso deverá ser realizado obrigatoriamente com todos os passageiros sentados e com cinto de segurança, cabendo ao monitor zelar para que o número de alunos não exceda o número de assentos e/ou baias para cadeirantes.
- 3.10. Os horários de chegada e partida deverão ser rigorosamente obedecidos, mantido um período de espera pelos alunos no final de cada turno de aulas, de pelo menos 10 (dez) minutos e também que estejam na escola de destino com 10 (dez) minutos antes do horário de início das aulas em cada turno diário.
- 3.11. Os alunos serão identificados com crachá, indicando o nome completo, endereço de residência e a escola a que pertencem, a ser providenciada pela contratada.
- 3.12. O motorista deverá ser identificado com crachá, com foto recente, indicando o nome da empresa e seus dados pessoais.
- 3.13. O Monitor de Transporte Escolar deverá apresentar-se devidamente identificado com crachá, com foto recente, indicando o nome da empresa e seus dados pessoais, e colete contendo o dístico MONITOR, e com aparência pessoal adequada. Deverá prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte;
- 3.14. O monitor e o motorista deverão zelar para que os alunos permaneçam sentados e usem corretamente o cinto de segurança, que subam e desçam do veículo nos locais indicados no contrato.
- 3.15. O motorista e o monitor deverão manter a porta do veículo fechada, durante o percurso.
- 3.16. O monitor e o motorista deverão comunicar à Unidade Escolar, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 3.17. A documentação relativa ao veículo, ao motorista e ao monitor deverá manter-se em ordem e de posse do condutor.
- 3.18. É de competência da Contratada as despesas com encargos trabalhistas, previdenciários e securitários e impostos, bem como aqueles inerentes a execução dos serviços.
- 3.19. A contratada se responsabilizará integralmente pelos serviços contratados nos termos da

GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

legislação vigente.

- 3.20. Os serviços, os itinerários, a quantidade de veículos, de alunos e demais características de cada rota poderão ser alterados a qualquer momento, mediante expedição de Ordem de Serviço, em função de recadastramentos, inclusões e exclusões de alunos, alterações de endereços de alunos, alterações e otimizações de rota e alterações em horários de aulas.
- 3.21. Os veículos deverão anualmente passar por fiscalização da Secretaria Municipal da Educação ou por quem esta indicar.
- 3.22. Os veículos deverão possuir rastreador/GPS, com sistema aberto para compartilhamento de dados, que permita o monitoramento e o acompanhamento operacional em tempo real, bem como o acompanhamento histórico da quilometragem percorrida para conferência da secretaria Municipal da Educação.
- 3.23. Os veículos deverão possuir equipamentos para controle de acesso, com o uso de tecnologia de identificação (por cartão RFID ou equivalente) para controlar o embarque de estudantes nos veículos escolares, através de sistema eletrônico integrado ao sistema de monitoramento por rastreador/GPS. O sistema de controle de acesso e monitoramento de usuários visa aprimorar a gestão e a segurança do transporte escolar, atendendo às seguintes funcionalidades mínimas: Registro de usuários por viagem e linha; Acompanhamento diário e mensal de utilização; Segurança dos usuários no transporte; Base de dados analítica para planejamento.
- 3.24. A contratada deverá fornecer aplicativo de smartphone para acompanhamento de embarque e desembarque de alunos integrado ao sistema de controle de acesso embarcado nos ônibus, com o objetivo de proporcionar transparência e rastreabilidade aos pais, tutores ou responsáveis, contendo as especificações mínimas: Estar disponível nas lojas de aplicativos para smartphone PlayStore (Android) e iOS (Apple); Tela de login com usuário e senha de uso pessoal e intransferível; Tela com mapa virtual para acompanhamento do embarque ou desembarque do aluno, e também, a localização em tempo real do veículo nas linhas autorizadas; Tela com logs históricos dos embarques e desembarque, contendo em cada evento os seguintes dados: data e hora; identificação da linha; localização; O aplicativo deve seguir as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei 13.709/2018.
- 3.25. A contratada deverá implantar um Centro de Controle de Operações (CCO) com “espelho” na Prefeitura de Bauru para o monitoramento diário, em tempo real, de toda a frota do transporte escolar, assegurando: controle de quilometragem e de viagens realizadas versus programadas; rastreamento e histórico de posicionamento; comunicação operacional com condutores e monitores; e painéis de indicadores (dashboards) para apoio à fiscalização municipal. O escopo do objeto neste ponto contempla: fornecimento, instalação, configuração, operação assistida e manutenção evolutiva de hardware, software, redes e serviços correlatos; capacitação de usuários da Prefeitura; integração com sistemas municipais quando necessário; e suporte técnico.

4. CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA DOS SERVIÇOS**4.1. Do cadastro de alunos e da autorização do uso do transporte:**

- A Secretaria Municipal de Educação realizará, no prazo de 90 (noventa) dias a contar do início do ano letivo, o cadastro inicial de todos os alunos elegíveis ao transporte escolar, organizado com a indicação da rota que utilizará, o nome completo, o R.A, o endereço residencial, a escola em que está matriculado, o horário que frequenta a aula, e outros.
- Realizado o cadastro inicial de todos os alunos, a Contratada providenciará a emissão de um cartão de identificação individual para cada aluno, contendo a tecnologia de proximidade necessária e, preferencialmente, dados visuais (nome, foto, etc.) para identificação humana. Cada cartão deve ser entregue ao respectivo aluno (ou seu responsável) de forma organizada, sem custos para o aluno ou para o Município.
- O cartão individual de identificação do aluno deverá ser emitido pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento formal da listagem de alunos fornecida pela Secretaria Municipal da Educação.

Para os alunos incluídos no decorrer da execução contratual, o prazo máximo para emissão do cartão será de 07 (sete) dias, contados do recebimento da respectiva solicitação formal pela Administração.

Os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados mediante justificativa técnica, devidamente aceita pela Administração, quando comprovada a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato superveniente alheio à responsabilidade da contratada.

- Todos os serviços, objeto do contrato, serão especificados em relação própria emitida pela Secretaria Municipal de Educação.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.2. Do acompanhamento e da execução do objeto e fiscalização:

- O serviço prestado será acompanhado pela escola através da frequência dos alunos em sala de aula e por meio do Centro de Controle Operacional – CCO.
 - Por servidor da Secretaria Municipal de Educação, a qualquer tempo, ou a pessoa e /ou órgão a quem a Secretaria Municipal da Educação delegar o acompanhamento dentro e fora dos ônibus e na garagem da operadora.
 - Por aferição da quilometragem a qualquer tempo que a contratante entender necessário.
 - Através de monitoramento por sistema de rastreamento por GPS, com sistema aberto para compartilhamento de dados, que permita o monitoramento e o acompanhamento operacional em tempo real, bem como o acompanhamento e histórico da quilometragem percorrida para conferência da secretaria Municipal da Educação ou terceiro por ele escolhido.
 - Para garantia da excelência no desempenho operacional e quanto à qualidade dos serviços. A implementação de indicadores de qualidade, na forma do Art. 144 da Lei nº 14.133/2021, se presta a permitir a gestão técnica e transparente do serviço, evitar a subjetividade na aplicação de penalidades, estimular a melhoria contínua e inovação por parte da contratada, a criação de base de dados histórica para tomadas de decisão futuras (ampliação de linhas, investimentos etc.) e alinhamento do contrato à gestão por desempenho, conforme boas práticas legalmente previstas.
- a) Serão adotados parâmetros objetivos de aferição, correspondentes aos seguintes indicadores:
- IQF – Índice de Qualidade da Frota: média de idade e condições dos veículos;
 - IQP – Índice de Pontualidade: percentual de viagens realizadas dentro do horário previsto;
 - IQA – Índice de Atendimento: percentual de viagens executadas sobre o total programado;
 - IOP – Índice Operacional de Performance: consolidação dos indicadores acima para fins de monitoramento contratual.
- b) Os indicadores servirão de base para bonificações, advertências ou penalidades, conforme desempenho do operador e seguintes critérios objetivamente estabelecidos:

Indicador	Descrição	Fórmula de Cálculo	Fonte de Dados
IQF – Índice de Qualidade da Frota	Mede o estado e idade média da frota em operação.	$IQF = (100 - [(Idade\ Média / Idade\ Máxima\ Permitida) \times 100])$	Vistoria mensal / Relatório CCO
IQP – Índice de Pontualidade	Mede o percentual de viagens realizadas dentro da tolerância de horário (± 5 min).	$IQP = (Viagens\ pontuais / Total\ de\ viagens) \times 100$	Sistema GPS / CCO
IQA – Índice de Atendimento	Mede o cumprimento da programação de viagens.	$IQA = (Viagens\ realizadas / Viagens\ programadas) \times 100$	CCO / Relatórios de linha
IOP – Índice Operacional de Performance	Mede a conformidade geral operacional (rotas, segurança, relatórios).	$IOP = [(Infrações + Ocorrências) / Total\ de\ viagens] \times 100$	Relatórios da Prefeitura e CCO

- c) Cálculo do Índice Global de Qualidade (IQT):
- $$IQT = (IQF \times 0,15) + (IQP \times 0,25) + (IQA \times 0,20) + (ISA \times 0,20) + (IOP \times 0,20)$$

O resultado (0–100) representa o desempenho geral da contratada no mês.

d) Classificação e Ações

Faixa de IQT	Classificação	Ação / Consequência
90 a 100	Excelente	Garantido a Eficiência
80 a 89	Bom	Manutenção normal do contrato
70 a 79	Regular	Notificação e plano de ação corretiva
60 a 69	Insatisfatório	Advertência formal e acompanhamento intensivo
Abaixo de 60	Crítico	Aplicação de penalidade contratual



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

e) A aferição dos indicadores de qualidade será mensal, com consolidação média trimestral dos resultados obtidos a cada trimestre.

- A obtenção na consolidação trimestral de média de IQT – apresentado no item 4.2 - compreendido na faixa de 90 (noventa) a 100 (cem) pontos não ensejará em decréscimos ou sanções.
- A obtenção na consolidação trimestral de média de IQT compreendido na faixa de 70 (noventa) a 89 (oitenta e nove) pontos ensejará no decréscimo de 1% (um por cento) na remuneração do período.
- A obtenção de IQT compreendido na faixa abaixo de 60 (sessenta) pontos na consolidação trimestral da pontuação ensejará no decréscimo de 5% (cinco por cento) na remuneração do período, sendo que, em caso de reincidência em intervalo superior a 12 (doze) meses, poderá ser instaurado processo administrativo no âmbito da rescisão contratual.
- A aplicação de qualquer penalidade e da rescisão contratual pelo não atingimento dos parâmetros mínimos de IQT será precedida da instauração de processo administrativo, no qual se assegurará a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

4.3. Da capacitação de motoristas e monitores:

- A contratada deverá oferecer capacitação prévia a motoristas e monitores, observando as relações com público atendido, direção defensiva, procedimento de primeiros socorros.
- Os cursos deverão ser ministrados obrigatoriamente no momento da contratação do funcionário e anualmente visando complementação e atualização.
- Os monitores do transporte de alunos com necessidades especiais, deverão ser treinados e orientados pelas escolas/entidades atendidas.

4.4. Do atendimento durante a execução dos serviços:

- Operação de acordo com os melhores procedimentos técnicos, de veículos em bom estado de conservação;
- Execução e manutenção de programas de treinamento e capacitação dos funcionários no exercício das atividades direta ou indiretamente relacionadas à prestação do serviço de transporte de escolares;
- Execução e manutenção de aprimoramento dos processos de trabalho, visando à qualidade do serviço de transporte prestado;
- Manutenção em cada veículo de monitor(a) treinado(a), que ficará responsável pelo atendimento às crianças dentro do veículo.

4.5. Das condições gerais dos VEÍCULOS utilizados:

- A empresa contratada deverá adotar procedimentos de manutenção preventiva dos veículos de forma a garantir a integridade e segurança da frota, prevenção de ocorrências durante o transporte de alunos;
- Garantia da regularidade do serviço prestado, incluindo o atendimento em situações imprevistas dos veículos por avarias ou incidentes, com previsão de socorro de veículos;
- Os veículos deverão atender todas as especificações técnicas previstas nas legislações Federal, Estadual e Municipal vigentes, em especial o Código de Trânsito Brasileiro, norma estabelecidas pelo CONTRAN, INMETRO CONAMA, dentre outras;
- Os veículos com Baías para fixação de cadeira de rodas deverão possuir Plataforma de Acessibilidade para Embarque e Mobilidade;
- Os veículos destinados ao Transporte Especial deverão ser dotados de equipamento de Ar Condicionado;
- Para a prestação do serviço será necessária uma frota de 106 (cento e seis) veículos, sendo que 10% (dez por cento) desse total deverão integrar a reserva técnica, e deverão ter idade máxima não superior a 10 (dez) anos, a contar da data do primeiro emplacamento do DETRAN/SP;
- Comprovação de registro como veículo de passageiro;
- Cópia da documentação dos veículos a serem utilizados na execução do transporte escolar, comprovando a disponibilidade dos veículos, podendo ser comprovado por quaisquer outros meios juridicamente idôneos; como locação, leasing, contrato de comodato (documentação que vincula os veículos a empresa vencedora).
- Laudos de vistoria dos veículos certificando o atendimento ao Artigo 136 da Lei Federal nº 9.503/97.
- Laudos de inspeção veicular.
- Laudo de vistoria dos veículos, o qual deverá ser realizado pela Secretaria Municipal da Educação por meio



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

do Gestor do Contrato ou terceiros por ele indicado.

- Caso algum veículo seja reprovado na vistoria, o mesmo deverá ser substituído em até 02 (dois) dias úteis por outro em condições exigidas no termo de referência, acompanhado de Laudo de Vistoria;
- No caso de reprovação definitiva do novo veículo apresentado em substituição, implicará na desclassificação da empresa vencedora e rescisão do contrato;
- Quando necessário, e por solicitação da Secretaria Municipal da Educação, os veículos que compõem a reserva técnica, poderão ser transferidos para a frota operante, e ocorrer, portanto, a redução prevista.

4.5.1. Da composição da frota para prestação dos serviços

4.5.2. Frota Operacional

TRANSPORTE REGULAR	TRANSPORTE ESPECIAL COM NO MÍNIMO 3 BAIAS (B3) E COM AR CONDICIONADO	TRANSPORTE ESPECIAL COM NO MÍNIMO 4 BAIAS (B4) E COM AR CONDICIONADO	TOTAL
83 veículos	09 veículos	04 veículos	96 veículos

6.5.3 Frota por Período

PERÍODO/VEÍCULOS	REGULAR	B*3	B*4	TOTAL
MANHÃ	51	9	4	64
INTEGRAL	27	0	0	27
MANHÃ/INTEGRAL	05	0	0	05
TARDE	67	7	2	76
NOITE	16	0	0	16

*Baías

6.5.4. Deverá ser colocado veículo com plataforma de Acessibilidade para Embarque e Mobilidade para atender alunos cadeirantes nas linhas urbanas e rurais.

6.6. Manutenção preventiva dos veículos

O veículo deverá ser revisado, diariamente, quanto aos seguintes itens:

- sistema de freios;
- sistema de embreagem;
- limpadores de para-brisas;
- funcionamento de cintos de segurança;
- calibragem e estado dos pneus;
- sistema elétrico;
- óleo do motor;
- ventilação ou ar condicionado;
- abastecimento.

Periodicamente, devem ser efetuadas as revisões obrigatórias determinadas pelo fabricante do veículo. Além disto, deverão ser atendidas, prontamente, as vistorias de ordem do Detran, bem como dos órgãos concedentes dos serviços de transporte escolar.

5. DIMENSIONAMENTO DO SERVIÇO

5.1. O serviço foi dimensionado através de dados da Secretaria Municipal de Educação e Unidade Regional de Ensino - Bauru, sendo considerado:

- O cadastro de alunos, atualizado até o mês de outubro de 2025, contendo aproximadamente, 4.449 alunos.
- Estudo Técnico de Roteirização contratado mediante processo administrativo nº 92.312/2025, pregão eletrônico nº 90.405/2025

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DOS VEÍCULOS E DA PROPOSTA DOS SERVIÇOS

6.1. Os veículos a serem utilizados deverão ter as características adequadas a este tipo de serviço, a fim de



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

possibilitar condições de conforto e segurança aos alunos, mantidos os aspectos favoráveis de higiene interna e externa.

- 6.2. A licitante vencedora deverá estar apta a cumprir as exigências relativas ao transporte de escolares contidas no Código Nacional de Trânsito e comprovar documentalmente possuir veículos nas características exigidas no presente edital e seus anexos, podendo recusar os que não as apresentar.
- 6.3. A licitante vencedora assumirá integral responsabilidade na execução dos serviços estipulados, utilizando-se de recursos humanos, veículos e equipamentos apropriados, mantendo durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive em relação a vistoria semestral de que trata o art. 4º da Portaria nº 1153/02 do DETRAN que deverá ser efetuada em todos os veículos utilizados para o transporte escolar, devendo a Autorização para Transporte de Escolares ser entregue na Secretaria Municipal de Educação após sua expedição.

7. OS VEÍCULOS DEVERÃO:

- 7.1. Ter as características adequadas a este tipo de serviço, bem como:
 - a) Pintura de faixa na cor amarela, com 40 cm, a meia altura em toda extensão nas partes laterais e traseiras, com dístico "ESCOLAR";
 - b) Uso de lanternas de luz brancas, fosco e amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;
 - c) Uso do cinto de segurança do passageiro em número igual a lotação – tipo três pontas ou subabdominal;
 - d) Possuir limitadores de abertura de vidros corrediços de no máximo 10 (dez) centímetros;
 - e) Possuir dispositivo próprio para quebra ou remoção de vidros em caso de acidente;
 - f) A fim de possibilitar condições de conforto e segurança aos alunos, deverá ser mantido o aspecto favorável de limpeza interna e externa, sendo o veículo lavado e aspirado diariamente.
 - g) A manutenção do veículo deve ser constante e quando constatada qualquer irregularidade em suas condições de funcionamento, serão retirados imediatamente de circulação, sendo substituídos pela contratada por outros com as condições exigidas na contratação, sem que ocorra qualquer interrupção nos serviços.
 - h) Os veículos da frota deverão ter pintura padronizada (todos os ônibus da mesma cor) e atender ao item 7.1 alínea "a".
 - i) A idade máxima exigida será de 10 (dez) anos, com aferição de data de primeiro emplacamento do veículo no Detran.

8. RESPONSABILIDADES DA EMPRESA CONTRATADA

- 8.1. A empresa assumirá integral responsabilidade na execução dos serviços estipulados, utilizando-se de recursos humanos, veículos e equipamentos apropriados, mantendo durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.2. A empresa responderá, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do CONTRATO venha direta ou indiretamente provocar por si ou por seus empregados à Secretaria Municipal de Educação e a terceiros;
- 8.3. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso a qualquer tempo, aos documentos relativos aos veículos, motoristas e monitores;
- 8.4. Arcar com todos os custos e reparações que seja obrigada a fazer, em consequência de negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais e legais;
- 8.5. Zelar pela ordem disciplinar, moralidade e boa conduta em serviço, de seus empregados, devendo substituir aqueles cuja permanência seja considerada inconveniente pelo município;
- 8.6. Atender o previsto em Lei Municipal nº 4035/96, de 11/03/96, bem como os artigos pertinentes a transportes escolares previsto no Código Nacional de Trânsito, em especial as regras contidas no seu Capítulo XIII, e demais normas do CONTRAN, inclusive a inspeção veicular;
- 8.7. Apresentar relação dos condutores e monitores(as), comprobatória, conforme exigências deste edital;
- 8.8. Responsabilizar-se pelo permanente controle dos profissionais utilizados na execução dos serviços ora contratados, atentando para a sua realização dentro da melhor técnica, respondendo pelo recrutamento, seleção, direção e supervisão do seu pessoal;
- 8.9. Dar adequada manutenção aos veículos e seus equipamentos, mantendo-os em perfeitas condições de conservação e funcionamento, controlando seu uso e vistoriando-os permanentemente, conforme determinação do órgão gerenciador do município;



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 8.10. Apresentar sempre que for exigido, os veículos para vistoria técnica, comprometendo-se a sanar irregularidades no prazo determinado;
- 8.11. Manter sempre atualizado o Alvará de Autorização e o Registro de Condutor;
- 8.12. Comunicar a Secretaria Municipal de Educação, toda e qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização;
- 8.13. Comparecer, sempre que solicitado, à Sede do Município de Bauru, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões;
- 8.14. Fornecer, após assinatura do contrato, relação do itinerário por linha, constando o nome da linha, destino e ruas que o veículo percorrerá, para que haja uma otimização nas rotas que serão percorridas podendo ser acompanhada por um servidor indicado pela administração;
- 8.15. Fornecer ao Município, nos prazos estabelecidos pela Administração, os documentos necessários à lavratura de Termos Aditivos e de Recebimento Provisório e/ou Definitivo, sob pena de incidir nas sanções estabelecidas neste instrumento;
- 8.16. Substituir o(s) motorista(s) e monitor(es) que não apresentar(em) desempenho condizente às necessidades da contratante, mediante apresentação de relatório da Unidade Requisitante;
- 8.17. Possuir em sua frota, veículos adaptados ao acesso de portadores de deficiência física, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 10.098/2000, Lei Federal nº 13.146/2015 e da NBR 14022, da ABNT, sendo certo que o número de tais veículos a serem efetivamente utilizados deverá se pautar rigorosamente pela necessidade da demanda;
- 8.18. Fornecer veículos limpos, dotados de todos os equipamentos de segurança e motoristas devidamente uniformizados, cientes do itinerário a ser seguido;
- 8.19. A Contratada está sujeita a receber alterações de Locais, Dias e Horários na realização dos eventos desde que solicitado formalmente com no mínimo 24 horas de antecedência da realização do evento; a cargo da Secretaria de Educação. Não poderão ser transportados os alunos que não apresentarem o crachá de identificação e não constar em lista de cadastrados.
- 8.20. A Contratada deverá possuir garagem própria ou locada, situada em local compatível com a execução dos serviços de transporte escolar, destinada ao estacionamento, guarda e manutenção dos veículos.
- 8.21. A garagem deverá atender as normas de segurança, acessibilidade, meio ambiente e demais exigências legais, podendo a Administração solicitar a qualquer tempo a comprovação de sua regularidade e realização de vistorias.

9. COMPETE AO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:

- 9.1. Fornecer a relação de alunos com seus respectivos endereços para que seja utilizada o menor número de veículos para atender as necessidades do transporte;
- 9.2. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA;
- 9.3. Atestar as medições dos serviços executados e encaminhá-las a mesma para pagamento;
- 9.4. Transmitir, por escrito, as instruções sobre modificações de planos de trabalho, projetos, especificações, prazos e cronograma;
- 9.5. Comunicar a contratada o cancelamento/transferência ou alteração de local, data ou horários de um evento com no mínimo 24 horas de antecedência;
- 9.6. Solicitar a substituição dos motoristas e monitores que não apresentarem desempenho condizente com as necessidades da Unidade Escolar, encaminhando para tanto relatório à Contratada;

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.1. A documentação relativa à Qualificação Técnica consistirá em:
 - Comprovação de capacidade técnica operacional da empresa licitante para a prestação de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, nas mesmas características desta, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprove ter executado ou que esteja executando o objeto, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, com características, quantidades correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto, emitidos em face da razão social da proponente, por personalidade jurídica pública ou privada, datados e assinados pelo responsável legalmente constituído, que deverá ser devidamente identificado;
 - o Considera-se atividade pertinente, em características compatíveis, qualquer atividade de transporte de passageiros em serviço público municipal, intermunicipal, interestadual ou internacional ou em serviço privado autorizado de fretamento contínuo.
 - o Considera-se atividade pertinente, em quantidades compatíveis, que os serviços atestados



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

tenham sido prestados com a utilização de no mínimo 53 (cinquenta e três) ônibus.

o Admitir-se-á a soma dos quantitativos da experiência anteriormente atestada em mais de um atestado, desde que refiram a períodos concomitantes.

o A Administração Pública, a seu critério e a qualquer tempo durante o processo de contratação direta, poderá realizar diligências a fim de verificar a veracidade das informações apresentadas pelos participantes, podendo solicitar a apresentação dos respectivos contratos, notas fiscais, dentre outros documentos que entender pertinente.

- Declaração de que se compromete a apresentar a relação de veículos juntados ao CRLV, caso seja declarado vencedor.

11. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos **DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balanços provisórios. Estes documentos deverão conter assinaturas dos sócios e do contador responsável.
- Somente serão habilitadas as licitantes que obtiverem: liquidez corrente igual ou maior a 1,0 (um); liquidez geral igual ou maior a 1,0 (um); grau de endividamento igual ou menor que 0,8 (oito décimos) e solvência (s) igual ou maior a 1,0 (um) o qual será obtido com base nos dados constantes no balanço apresentado através da seguinte fórmula.

Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante
Liquidez geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)
Grau de Endividamento Geral = (Passivo Total / Patrimônio Líquido) x 100
Solvência geral = Ativo Total / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo).

- Fica isento da letra “a” e “b”** a empresa optante do sistema simples, sendo que neste caso a empresa deverá apresentar a **Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS)**, referente ao último exercício, **acompanhada** da Declaração do Contador ou consulta do site da Receita Federal comprovando que é optante pelo Sistema Simples.
- Certidão negativa de feitos sobre a falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme previsto no inciso II do artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/21.**
 - As empresas que estejam em recuperação judicial deverão entregar na fase de habilitação o Plano de Recuperação já homologado pelo Juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital, de acordo com a Sumula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- Comprovação de possuir Capital Mínimo de **10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.**
- Garantia de proposta prevista no artigo 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, **equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação**, nas formas da lei. **Esta garantia deve ser apresentada junto com a proposta detalhada para fins de classificação/desclassificação**
- A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis contando da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- A garantia de proposta em qualquer das modalidades previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, só será aceita se emitida por empresas autorizadas pelo Banco Central a exercerem atividade bancária ou por seguradoras registradas na Susep.
- A apresentação de garantia em desconformidade com o item “h” ensejará a inabilitação da empresa no certame.
- Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

12. DOS PRAZOS

- O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua formalização.
- A Contratada terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, para o início das operações e a implantação da estrutura necessária à execução dos serviços;
- Após a assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar à Secretaria Municipal da Educação e aos gestores/fiscais do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, toda a documentação necessária à



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

comprovação da regularidade dos veículos, dos motoristas e dos monitores que serão utilizados na execução do serviço

12.4. A documentação será submetida à análise e conferência pela Administração, podendo ser solicitadas correções, complementações ou substituições, caso sejam identificadas inconformidades.

12.5. O descumprimento dos prazos estabelecidos neste item sujeitará a contratada às sanções previstas no contrato, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, especialmente quando comprometer o início da execução do serviço.

13. REMUNERAÇÃO

13.1. A Nota Fiscal deverá conter o total de quilômetros do mês - total este a ser encontrado mediante a multiplicação do número de km/dia ora fixado pelo número de dias letivos previstos para o mês no calendário oficial - bem como, ainda, a multiplicação do total de quilômetros pelo valor unitário do quilômetro.

13.2. Juntamente com a nota fiscal eletrônica mensal e o relatório de medição dos serviços efetivamente prestados, contendo km contratado por linha, nº de alunos transportados e número de veículos empregados no transporte, a contratada deverá encaminhar a contratante os seguintes documentos (em forma digital), com prazo de validade em vigor, sem os quais, o pagamento não será autorizado:

- CND - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida da União (Fazenda Federal), inclusive Seguridade Social (INSS);
- CND - Certidão Negativa de Tributos Mobiliários (Fazenda Municipal);
- CRF - Certificado de Regularidade do FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

13.3. No caso da CONTRATADA se omitir na apresentação dos documentos acima descritos, CONTRATANTE efetuará a notificação para que a CONTRATADA apresente os documentos no prazo Máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da notificação, sob pena de abertura de procedimento de aplicação de penalidades, estando sujeita a rescisão unilateral do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da denúncia da situação ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego para as providências pertinentes.

14. DO REAJUSTE

14.1. O reajuste contratual deverá ocorrer de forma automática e anual, observada a legislação vigente, tomando-se como referência a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurada nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da data-base definida no contrato.

14.2. Sempre que a variação dos custos de mão de obra (salário-base e benefícios) e do combustível (óleo diesel) superar em 5% (cinco por cento) o IPCA acumulado do período, o Contratante deverá promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio da seguinte fórmula ponderada:

Reajuste = $(0,40 \times \text{variação da mão de obra e benefícios}) + (0,35 \times \text{variação do diesel}) + (0,25 \times \text{variação do IPCA})$.

14.3. Para a aplicação da fórmula, deverão ser observadas as seguintes premissas:

- Variação da Mão de Obra e Benefícios: correspondente às alterações decorrentes dos acordos ou convenções coletivas da categoria profissional, apuradas entre a data-base do contrato e o mês de aplicação do reajuste;
- Variação do Diesel: correspondente à variação do preço do Diesel S10 Comum, com base nos dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, considerando o preço médio de distribuição no Município de Bauru, apurado entre o segundo mês anterior à data-base do contrato e o segundo mês anterior à data do reajuste.

15. DOS LANCES

15.1 O referido pregão terá a fase de lances no modo disputa “aberto e fechado”, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, visíveis a todos. No modo fechado, os licitantes apresentam propostas sigilosas, que só são abertas simultaneamente na sessão pública.

15.2 A adoção deste modo de disputa visa angariar a melhor proposta das licitantes, resultando assim, em



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

maior vantajosidade a Administração Pública. Nota-se também que, o lance fechado reduz riscos de manipulações que trariam prejuízos ou atrasos ao processo licitatório.

16 DA ORDEM DE SERVIÇO

- 16.1 A Contratante deverá fornecer e providenciar todos os dados e informações necessárias, para a completa e correta realização do objeto deste contrato, através da Ordem de Serviço.
- 16.2 A documentação relativa a apresentação até a data de início dos serviços expressos na Ordem de Serviço Operacional consistirá em:
- a) Alvará de Licença, Localização e Funcionamento, relativo ao domicílio da proponente, com o ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação.
 - b) Apresentar os seguintes documentos do Veículo a ser utilizado na prestação dos serviços objeto deste Edital:
 - b.1) Comprovante de quitação do IPVA vigente, seguro obrigatório e licenciamento do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte;
 - b.2) Quando os veículos não forem de propriedade da contratada, este deverá apresentar documento que comprove o direito de utilizá-lo para execução do objeto deste Certame Licitatório;
 - b.3) Certificação de Segurança Veicular expedido por instituição técnica licenciada para este fim junto ao DENATRAN;
 - b.4) Registro como veículo de passageiros, emitido pelo órgão estadual, constante no CRLV;
 - b.5) Comprovante de seguro de responsabilidade civil de transporte coletivo rodoviário de passageiros municipal/intermunicipal através de Apólice de Seguro e comprovante de pagamento, ou apresentação de Proposta de Seguro, ambos nas coberturas de:
 - Danos Materiais causados a Terceiros: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)
 - Danos Corporais causados a Terceiros: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)
 - Danos Morais causados a Terceiros: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
 - Danos Materiais causados a Passageiros: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)
 - Danos Corporais causados a Passageiros: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)
 - Danos Morais causados a Passageiros: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
 - APP Morte acidental (por passageiro) – R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
 - Invalidez Permanente (por passageiro) – R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
 - Despesas Médico Hospitalares (DMHO) (por passageiro) – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
 - c) prestar garantia de execução do contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/global do contrato, observados os parâmetros legais.
 - c.1) A garantia poderá ser prestada, a critério da contratada, por qualquer das modalidades admitidas em lei:
 - I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
 - II – seguro-garantia;
 - III – fiança bancária;
 - IV – título de capitalização.
 - c.2) A garantia deverá ser apresentada em instrumento idôneo, com identificação do contrato, valor garantido, vigência e condições de execução, devendo cobrir todo o período contratual, inclusive prorrogações e aditivos que impliquem aumento de valor, sob pena de inadimplemento contratual.
 - c.3) Havendo alteração do valor contratual que impacte a garantia, a contratada deverá complementar/recompôr o valor garantido no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da formalização do termo aditivo/ajuste.

17. Declarações Gerais

- 17.1. Declaração devidamente assinada pelo representante legal da empresa, de que colocará à disposição do contrato os veículos relacionados no presente termo, com idade máxima não superior a 10 (dez) anos.
- 17.2. Declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa de que os veículos possuirão todos os equipamentos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
- 17.3. Declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, de conhecimento da respectiva quilometragem e de que assumirá integralmente a responsabilidade pela prestação do serviço;
- 17.4. Declaração de disponibilidade de estrutura de apoio à operação e manutenção da frota, recursos materiais e pessoais, em especial monitores que terão idade superior a 18 (dezoito) anos e condutores que terão idade mínima de 21(vinte e um) anos e Carteira de Habilitação, categoria "D", conforme prevê o art. 138, do Código Nacional de Trânsito;
- 17.5. Declaração que utilizará veículos em perfeitas condições de uso, em bom estado quanto à funilaria, bancos, cinto de segurança, pneus e demais componentes; e que a empresa irá manter veículos de reserva para



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- eventual socorro, veículo este nas mesmas condições de uso, permanecendo o mesmo à disposição, do início ao término do contrato de prestação de serviço, a esta municipalidade;
- 17.6. Declaração que os serviços serão prestados por pessoal devidamente habilitado com registro em carteira profissional;
- 17.7. Declaração de se comprometer, após a assinatura do Contrato, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a manter no Município de Bauru instalações destinadas à guarda e manutenção dos veículos em conformidade com a frota e reserva de frota operacional exigida nessa contratação bem como a área administrativa que assegurem apoio suficiente a PREFEITURA na prestação dos serviços;
- 17.8. Declaração de que irá apresentar os veículos que irão prestar o serviço, no prazo de 30 (trinta) dias podendo ser prorrogado, da assinatura do contrato, por ocasião da vistoria prévia, sob pena de desclassificação do certame, bem como os documentos em relação aos veículos ofertados, condutores e monitores, através do original ou cópias autenticadas;

18. LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Normas de Condutas do Transportes Escolar

ANEXO II – Estudo Técnico de Roteirização

ANEXO III – Mapas (Rotas) link: www2.bauru.sp.gov/arquivos/arquivos_site/temp/Trajeto.rar

19. RESPONSÁVEIS

Luiz Felipe Sciuli de Castro

Coordenador de Políticas de Logística, Transporte e Armazenagem

Márcio Massanori Iwamoto

Gerência Operacional de Transporte e Frota

Mayara Fernanda Lino Rodrigues

Supervisora de Transporte Escolar

Luiz Guilherme de Abreu Rostoy

Agente de Administração

ANEXO I NORMAS DE CONDUTA TRANSPORTE ESCOLAR

Ao Contratado e/ou seus prepostos cabem, obrigatoriamente, as seguintes condutas durante a execução do Contrato de Prestação de Serviços:

- Os condutores deverão trajar uniformes compreendendo calça, camisa e calçado, estipulado pela empresa vencedora e comunicado a Secretaria Municipal de Educação.
- Todos os condutores deverão portar crachá de identificação com os seguintes dados do condutor: Nome e sobrenome, número e categoria da CNH, e telefone de contato da empresa vencedora da licitação.
- Cumprir rigorosamente os horários e percursos pactuados.
- Não fumar no interior dos veículos, não dirigir embriagado, ou mesmo apresentando sinais de ingestão de bebida alcoólica.
- Manter a velocidade de acordo com as leis de trânsito, observando as condições das estradas.
- É vedado o transporte de passageiros estranhos ao transporte escolar.
- Tratar os estudantes com educação e zelo, sendo terminantemente proibido, o relacionamento do condutor com os mesmos, a não ser em circunstâncias estritamente profissionais.
- Apresentar sempre que solicitado o laudo de inspeção do veículo, expedido pelo DETRAN, ou outra instituição determinada pela Secretaria da Educação.
- Comunicar aos pais ou responsáveis pelos estudantes e também a Secretaria de Educação, qualquer problema relacionado com os estudantes, ou algum ato de indisciplina por eles cometida.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- j) Permitir e facilitar a fiscalização dos veículos e documentação, devendo quando solicitado prestar informes e esclarecimento verbais ou por escrito ao CONTRATANTE.
- k) Desempenhar os serviços com zelo e proficiência, cuidando para que o transporte se efetue sem riscos para os estudantes, mantendo o veículo em adequadas condições de funcionamento, evitando a interrupção dos serviços.
- l) Executar os consertos e reparos que se fizerem necessários, nos veículos, ou substituí-los por outros em boas condições, com o devido comunicado a Secretaria de Educação.
- m) Todos os veículos deverão conter nas laterais e traseiras, à meia altura, uma faixa horizontal, de cor amarela, com 40 (quarenta) centímetros de largura, pintada com letras o dístico ESCOLAR e possuir cor dos veículos padronizada.
- n) Os condutores deverão estar devidamente habilitados, de acordo com a legislação vigente, pertinente ao Transporte Escolar e ter no mínimo 21 (vinte e um) anos de idade (Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria D ou E).
- o) Os condutores deverão possuir curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar.
- p) Os veículos contratados farão obrigatoriamente as vistorias no órgão ou instituição determinada pela Secretaria de Educação, sendo que os ônus pelas mesmas são de responsabilidade da CONTRATADA.
- q) Os laudos de vistoria terão que ser renovados a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer momento se o CONTRATANTE julgar necessário, sempre às expensas da CONTRATADA.

ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA) ESTUDO TÉCNICO DE ROTEIRIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

RELATÓRIO OPERACIONAL	RO.OP.COR.26.001.02
	Planejamento
	Prefeitura Municipal de Bauru

1 - Informações

1.1 - Premissas

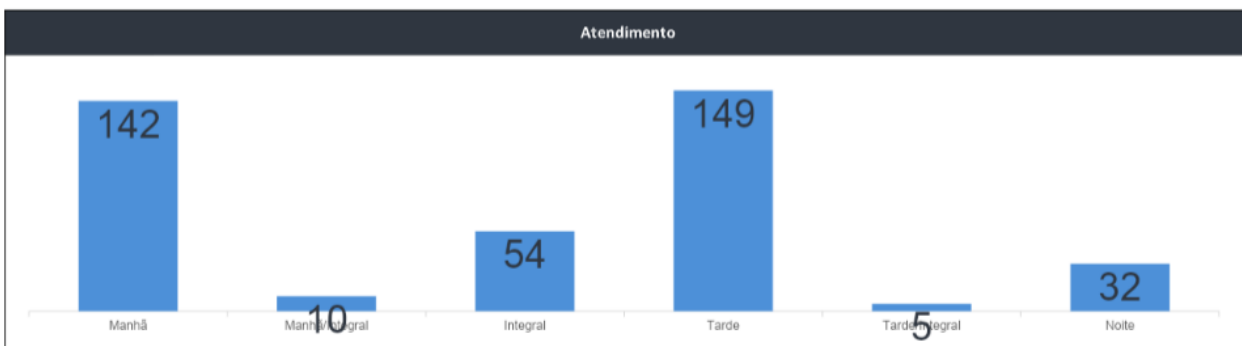
Contratante	Prefeitura Municipal de Bauru
Tipo de Estudo	Planejamento
Fav. Atendidos	4503

Tempo máximo	1:10
Raio de caminhada	N/A

Tipo de veículo	Ônibus Convencional / Ônibus Adaptado
Acessibilidade	SIM

2 - Linhas

2.1 - Resumo





GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

OSO	
Atendimentos E	181
Atendimentos S	198
Atendimentos	379

Quilometragem Produtiva	
Km Operacional E	2.807,20
Km Operacional S	2.850,57
Km Operacional	5.657,77

Quilometragem Ociosa	
Km Operacional E	3.134,70
Km Operacional S	3.241,75
Km Operacional	6.376,45

Km Total	12.034,22
----------	-----------

3 - Frota

3.1 - Resumo



3.2 - Detalhamento de Frota

Frota Por Período				
Linhas	Ônibus C	Ônibus B3	Ônibus B4	TOTAL
Manhã	51	9	4	64
Integral	27	0	0	27
Manhã/Integral	5	0	0	5
Tarde	67	7	2	76
Noite	16	0	0	16

Frota Operacional no Pico				
Linhas	Ônibus C	Ônibus B3	Ônibus B4	TOTAL
Frota Operacional	83	9	4	96



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO II

FORMULÁRIO MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

DADOS DA EMPRESA:

Nome da Proponente:		
Endereço:	Cidade:	Estado:
Telefone:	Fax:	
E-mail:		
CNPJ:	Inscrição Estadual:	
Banco:	Conta Corrente:	Agência:

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

(assinará o Anexo III – Minuta de Contrato e Anexo IV – termo de ciência e notificação):

Nome:	Data de Nascimento:
CPF:	RG:
Endereço residencial completo:	
Nacionalidade:	
Estado Civil:	
Profissão:	Cargo ou Função exercida:
E-mail institucional:	E-mail pessoal:
Telefone(s):	

Conforme estipulado no **Pregão Eletrônico nº 90.168/2026**, propomos:

LOTE 01 – TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA – AMPLA PARTICIPAÇÃO

Item	Quantidade	Unidade de Contratação	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	12.034.220	Km	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA: Conforme especificações do Termo de Referência (Anexo I do edital)		

TOTAL GERAL DA PROPOSTA:

PRAZO DE ENTREGA: _____ (Conforme subitem 3.1 do edital)

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: _____ (30 dias)

PRAZO VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (90 dias)

.....
Assinatura

Nome Completo:

RG:

CPF:

Data:/...../2.026



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90.168/2026
PROCESSO Nº 8.327/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BAURU E A EMPRESA.....

O presente contrato é firmado entre o MUNICÍPIO DE BAURU, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça das Cerejeiras, 1-59, nesta cidade de Bauru (SP), inscrito no CNPJ. sob n.º 46.137.410/0001-80, doravante denominado "**CONTRATANTE**", neste ato representada pela **Sra. Suéllen Silva Rosim, Prefeita Municipal**, por força dos Decretos nº 4705, de 23 de maio de 1986 e nº 6618, de 27 de maio de 1993, ambos alterados pelo Decreto nº 7306, de 11 de maio de 1995, e a empresa estabelecida na cidade de, na rua, n.º, Bairro:, CEP:..., E-mail:, Telefone: (.....), inscrita no CNPJ sob n.º, daqui em diante denominada "**CONTRATADA**", representada neste ato por....., portador do RG. n.º e CPF n.º

As partes assim identificadas pactuam o presente contrato, que se regerá segundo disposições da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 com a redação que lhe imprimiu as diversas alterações legais, e cláusulas e condições do Edital de Licitação nº 259/2026 do Pregão Eletrônico nº 90.168/2026, que faz parte integrante do **Processo Administrativo nº 8.327/2026**, bem como as seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Termo o compromisso ora assumido pela **CONTRATADA**, relativo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA**, cujas especificações estão indicadas nos **ANEXO I** do **Edital Nº 259/2026 - Processo Administrativo nº 8.327/2026**, mediante emissão de Notas de Empenho e conforme termos de sua proposta devidamente anexada ao processo.

Cláusula Segunda – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1. **O contrato terá vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses**, a contar da data de sua formalização, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro, nos termos do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. A Contratada terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, para o início das operações e a implantação da estrutura necessária à execução dos serviços, conforme especificados no Termo de Referência (**ANEXO I**).

GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**2.3 DO REAJUSTE**

2.3.1. O reajuste contratual deverá ocorrer de forma automática e anual, observada a legislação vigente, tomando-se como referência a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurada nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da data-base definida no contrato.

2.3.2. Sempre que a variação dos custos de mão de obra (salário-base e benefícios) e do combustível (óleo diesel) superar em 5% (cinco por cento) o IPCA acumulado do período, o Contratante deverá promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio da seguinte fórmula ponderada:

Reajuste = $(0,40 \times \text{variação da mão de obra e benefícios}) + (0,35 \times \text{variação do diesel}) + (0,25 \times \text{variação do IPCA})$.

2.3.3. Para a aplicação da fórmula, deverão ser observadas as seguintes premissas:

2.3.3.1. Variação da Mão de Obra e Benefícios: correspondente às alterações decorrentes dos acordos ou convenções coletivas da categoria profissional, apuradas entre a data-base do contrato e o mês de aplicação do reajuste;

2.3.3.2. Variação do Diesel: correspondente à variação do preço do Diesel S10 Comum, com base nos dados divulgados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, considerando o preço médio de distribuição no Município de Bauru, apurado entre o segundo mês anterior à data-base do contrato e o segundo mês anterior à data do reajuste.

2.4 ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

2.4.1. Os serviços a serem contratados compreendem o transporte regular de alunos da rede escolar pública municipal e estadual, do município de Bauru, classificados em:

- transporte regular da zona urbana
- transporte regular de alunos da zona rural
- transporte de alunos com necessidades especiais
- transporte de alunos sala de recurso
- transporte de alunos período integral.

2.4.2. Na Prestação de serviços deverá ser observado:

- O uso de veículos adequados ao transporte escolar, conforme especificações do edital, das legislações em vigor e alterações que vierem a ser realizadas;
- As normas de trânsito, conforme Código de Trânsito Brasileiro e demais, legislações Federal, Estadual e Municipal e os procedimentos definidos no Contrato.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- Implantação de um Centro de Controle Operacional com “espelho” na Prefeitura de Bauru/Secretaria Municipal da Educação para o monitoramento diário, em tempo real, de toda a frota do transporte escolar, assegurando: controle de quilometragem e de viagens realizadas versus programadas; rastreamento e histórico de posicionamento; comunicação operacional com condutores e monitores; e painéis de indicadores (dashboards) para apoio à fiscalização municipal

2.5 CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

2.5.1. O serviço é organizado por rotas e por turnos de operação, sendo que cada ROTA corresponde a um veículo, que deverá realizar um percurso pré-determinado. A esse percurso estará vinculada a relação de alunos que irá utilizá-lo. Essas rotas deverão ser operadas com antecedência ao horário de entrada dos alunos nas escolas e logo após o encerramento da aula, no sentido para sua residência–escola e outro no sentido escola-residência. Compreendendo:

- turno 1- ida para escola dos alunos do período da manhã;
- turno 2- retorno dos alunos do turno 1 e ida para escola dos alunos do período da tarde;
- turno 3- retorno dos alunos do período da tarde e ida para a escola dos alunos do período da noite;
- turno 4- retorno dos alunos que estudam à noite.

2.5.2. Para otimizar os serviços, em algumas rotas poderá ocorrer aproveitamento (compartilhamento) de frota, e uma mesma rota atenderá diferentes escolas e efetuará diferentes sentidos de viagem.

2.5.3. Os alunos atendidos na zona rural são residentes em propriedades agrícolas, sendo que parte do percurso do transporte escolar poderá ser realizada por vias de acesso às propriedades rurais, estradas vicinais, rodovias estaduais e vias urbanas, pavimentadas ou não.

2.5.4. Para o transporte de Alunos com necessidades especiais, alguns casos necessitarão de adaptações próprias no interior dos veículos, ficando a cargo da CONTRATADA essa adequação.

2.5.5. Para Alunos com idade inferior a 04 anos poderá ter a necessidade de utilização de cadeirinha (*forward-facing*), ficando a cargo da CONTRATADA essa adequação.

2.5.6. O serviço deverá ser prestado durante todo ano letivo, com as devidas variações na quantidade de dias por mês em razão de feriados, férias e outros.

2.5.7. Os serviços deverão ser efetuados com observância das características das rotas e horários adequados as necessidades dos alunos em relação à chegada nas escolas.

2.5.8. Em todas as rotas os veículos deverão contar com um monitor a bordo, no acompanhamento e orientação aos alunos e no transporte de alunos com necessidades especiais, com 02 monitores, devidamente capacitados, que serão identificados por crachás, com nome da empresa e dados pessoais.

TIPO DE ATENDIMENTO	QTD VEICULOS	QTD DE MOTORISTAS	QTD DE MONITORES
TRANSPORTE REGULAR	83	83	83



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TRANSPORTE ESPECIAL	13	13	26
TOTAL	96	96	109
TRANSPORTE REGULAR 1 – Motorista; 1 – Monitor		TRANSPORTE ESPECIAL (transporte de alunos com necessidades especiais) 1 – Motorista; 2 – Monitores.	

2.5.9. O percurso deverá ser realizado obrigatoriamente com todos os passageiros sentados e com cinto de segurança, cabendo ao monitor zelar para que o número de alunos não exceda o número de assentos e/ou baias para cadeirantes.

2.5.10. Os horários de chegada e partida deverão ser rigorosamente obedecidos, mantido um período de espera pelos alunos no final de cada turno de aulas, de pelo menos 10 (dez) minutos e também que estejam na escola de destino com 10 (dez) minutos antes do horário de início das aulas em cada turno diário.

2.5.11. Os alunos serão identificados com crachá, indicando o nome completo, endereço de residência e a escola a que pertencem, a ser providenciada pela contratada.

2.5.12. O motorista deverá ser identificado com crachá, com foto recente, indicando o nome da empresa e seus dados pessoais.

2.5.13. O Monitor de Transporte Escolar deverá apresentar-se devidamente identificado com crachá, com foto recente, indicando o nome da empresa e seus dados pessoais, e colete contendo o dístico MONITOR, e com aparência pessoal adequada. Deverá prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte;

2.5.14. O monitor e o motorista deverão zelar para que os alunos permaneçam sentados e usem corretamente o cinto de segurança, que subam e desçam do veículo nos locais indicados no contrato.

2.5.15. O motorista e o monitor deverão manter a porta do veículo fechada, durante o percurso.

2.5.16. O monitor e o motorista deverão comunicar à Unidade Escolar, de imediato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

2.5.17. A documentação relativa ao veículo, ao motorista e ao monitor deverá manter-se em ordem e de posse do condutor.

2.5.18. É de competência da Contratada as despesas com encargos trabalhistas, previdenciários e securitários e impostos, bem como aqueles inerentes a execução dos serviços.

2.5.19. A contratada se responsabilizará integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação vigente.

2.5.20. Os serviços, os itinerários, a quantidade de veículos, de alunos e demais características de cada rota poderão ser alterados a qualquer momento, mediante expedição de Ordem de Serviço, em função de recadastramentos, inclusões e exclusões de alunos, alterações de endereços de alunos, alterações e



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

otimizações de rota e alterações em horários de aulas.

2.5.21. Os veículos deverão anualmente passar por fiscalização da Secretaria Municipal da Educação ou por quem esta indicar.

2.5.22. Os veículos deverão possuir rastreador/GPS, com sistema aberto para compartilhamento de dados, que permita o monitoramento e o acompanhamento operacional em tempo real, bem como o acompanhamento histórico da quilometragem percorrida para conferência da secretaria Municipal da Educação.

2.5.23. Os veículos deverão possuir equipamentos para controle de acesso, com o uso de tecnologia de identificação (por cartão RFID ou equivalente) para controlar o embarque de estudantes nos veículos escolares, através de sistema eletrônico integrado ao sistema de monitoramento por rastreador/GPS. O sistema de controle de acesso e monitoramento de usuários visa aprimorar a gestão e a segurança do transporte escolar, atendendo às seguintes funcionalidades mínimas: Registro de usuários por viagem e linha; Acompanhamento diário e mensal de utilização; Segurança dos usuários no transporte; Base de dados analítica para planejamento.

2.5.24. A contratada deverá fornecer aplicativo de smartphone para acompanhamento de embarque e desembarque de alunos integrado ao sistema de controle de acesso embarcado nos ônibus, com o objetivo de proporcionar transparência e rastreabilidade aos pais, tutores ou responsáveis, contendo as especificações mínimas: Estar disponível nas lojas de aplicativos para smartphone PlayStore (Android) e iOS (Apple); Tela de login com usuário e senha de uso pessoal e intransferível; Tela com mapa virtual para acompanhamento do embarque ou desembarque do aluno, e também, a localização em tempo real do veículo nas linhas autorizadas; Tela com logs históricos dos embarques e desembarque, contendo em cada evento os seguintes dados: data e hora; identificação da linha; localização; O aplicativo deve seguir as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei 13.709/2018.

2.5.25. A contratada deverá implantar um Centro de Controle de Operações (CCO) com “espelho” na Prefeitura de Bauru para o monitoramento diário, em tempo real, de toda a frota do transporte escolar, assegurando: controle de quilometragem e de viagens realizadas versus programadas; rastreamento e histórico de posicionamento; comunicação operacional com condutores e monitores; e painéis de indicadores (dashboards) para apoio à fiscalização municipal. O escopo do objeto neste ponto contempla: fornecimento, instalação, configuração, operação assistida e manutenção evolutiva de hardware, software, redes e serviços correlatos; capacitação de usuários da Prefeitura; integração com sistemas municipais quando necessário; e suporte técnico.

2.6. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **15/04/2026**



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 2.7. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 2.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 2.9. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.
- 2.10. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.
- 2.11. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.
- 2.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 2.13. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cláusula Terceira: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 3.1. Todas as condições de recebimento do objeto, eventuais hipóteses de substituição e/ou complementação constam no Termo de Referência (**ANEXO I**) do presente Edital.
- 3.2. Expirando o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Município se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

3.2.1 Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados por parte da mesma e está, mesmo após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica reservado a este Município o direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convier, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação, adotando as medidas judiciais necessárias ao ressarcimento de eventuais despesas decorrentes de tal descarte.

Cláusula Quarta – DA LICITAÇÃO

- 4.1. Para a contratação do fornecimento do objeto deste instrumento foi realizada licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 90.168/2026**, através de Contrato, cujos atos encontram-se no **Processo nº 8.327/2026**.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Cláusula Quinta – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

5.1. Aplica-se a este Contrato e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.

Cláusula Sexta – DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

6.1. A **CONTRATADA** por meio dos órgãos interessados efetuará a fiscalização do fornecimento a qualquer instante, solicitando à **CONTRATADA**, sempre que entender conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos solicitados, bem como comunicar ao **CONTRATADAS** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom cumprimento do presente contrato.

6.1.1. A ação ou omissão total ou parcial dos órgãos encarregados da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** de total responsabilidade de executar o fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas no presente contrato.

Cláusula Sétima – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O CONTRATANTE pagará à **CONTRATADA** pela aquisição dos objetos descritos na Cláusula Primeira a importância de R\$..... (), que será suportada pela ficha orçamentária:

EDUCAÇÃO

Classificação Funcional	Natureza da Despesa	Ficha	Vínculo
12.361.1005.2.113	3.3.90.39	173	01.220.0000
12.361.1005.2.113	3.3.90.39	173	01.220.1193

LOTE 01 – TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA – AMPLA PARTICIPAÇÃO

It	Quantidade	Unida de Compra	Descrição	Valor unitário	Valor total
1	12.034.220	km	PRESTACAO DE SERVICO DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PUBLICA: Conforme especificações do Termo de Referência (Anexo I do edital)	R\$ x	R\$ x
VALOR TOTAL DO LOTE 1: R\$ x (por extenso)					

7.2. Nos preços acima estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, inspeção, impostos, taxas e emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a quitação destes.

7.3. O pagamento será efetuado **até o 30º (trigésimo) dia corrido**, a contar da entrega da nota fiscal na Secretaria Municipal de Economia e Finanças, obedecendo à ordem cronológica de sua exigibilidade mediante ordem bancária através de instituição financeira a ser determinada pela **CONTRATADA**.

7.3.1. A nota fiscal deverá ser, anteriormente ao seu pagamento, atestada.

7.4. No caso de atraso no pagamento por parte do CONTRATANTE, haverá a incidência de juros moratórios de 0,5% (cinquenta centésimo por cento) ao mês ou fração, a contar da data prevista para pagamento até o efetivo pagamento (art. 162 da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021).

7.5. Se durante a execução do Contrato, expirar-se o prazo de validade das Certidões apresentadas na fase de habilitação, comprovando regularidade quanto a Receita Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Trabalhista a **CONTRATADA** deverá providenciar a imediata atualização das mesmas.

7.6. A falta de apresentação dos documentos atualizados, mencionados no item 7.5, implicará na



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

rescisão do Contrato firmado.

7.7. Não haverá atualização nos preços quando o atraso no pagamento se der por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, nos termos do previsto no item 7.5.

7.8. Não serão aceitas propostas com pagamento antecipado ou contra entrega e ainda, não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

7.9. As Notas Fiscais deverão ser emitidas da seguinte forma:

7.9.1. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO: em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, endereço: Praça das Cerejeiras, 1-59, CNPJ nº 46.137.410/0001-80, ref. Processo nº 8.327/2026, número da Ata de Registro de Preços/Contrato e da(s) nota(s) de empenho(s);

7.10. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será preferencialmente de 1 (um) mês, contados a partir da confirmação do recebimento da documentação correta e completamente instruída.

Cláusula Oitava DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1 .A CONTRATADA deverá apresentar, até a data da contratação, a garantia para assegurar sua plena execução, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato

8.2. A garantia contratual poderá ser apresentada nos termos previstos no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3 Em caso de prorrogação de contrato, a CONTRATADA deverá prestar a garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor da prorrogação, na mesma modalidade anteriormente efetuada.

Cláusula Nona– DA GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O CONTRATANTE designa como ÓRGÃO GERENCIADOR deste Contrato, a Secretaria Municipal da Educação, que terá a incumbência de efetuar a prática de todos os atos de seu controle e gerenciamento.

9.2. O CONTRATANTE designa ainda, como Gestores do Contrato, os seguintes servidores:

a) Gestor Titular: Marcio Massanori Iwamoto; matrícula nº 37.006

b) Gestor Suplente: Mayara Fernanda Lino Rodrigues; matrícula nº 32.250

9.3. A **Licitante vencedora** designa como Gestor do CONTRATO, o Sr., portador do RG nº e inscrito no CPF nº

9.4. Ao(s) gestor(es) do Contrato por parte do Município de Bauru, além das atribuições previstas no art. 19 do Decreto Municipal nº 16.666/2023 de 27 de março de 2023 compete:

9.4.1. Assegurar-se, quando do uso do Contrato, quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização.

9.4.2. Zelar, pelos demais atos da Licitante Vencedora, relativos ao cumprimento das obrigações assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais.

8.4.3. Informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa da licitante vencedora em atender às condições estabelecidas no edital, firmadas neste Contrato, quanto às divergências relativas à entrega ou as características e origem dos bens registrados.

Cláusula Décima– DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO E RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, A CONTRATADA que, com dolo ou culpa:

9.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato; **conforme previsto no art. 155, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021** de 01 de abril de 2021.

10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; conforme previsto no art. 155, inciso II Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato; conforme previsto no art. 155, inciso III Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame, conforme previsto no art. 155, inciso IV, Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

10.1.4.1 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando, conforme previsto no art. 155, incisos I, II, III, V e VII, Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra, quando o caso;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.5 Não celebrar o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme previsto no art. 155, inciso VI Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021

a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço no prazo estabelecido no subitem 19.1 do edital.

10.1.6 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, **conforme previsto no art. 155, inciso VII da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.**

10.1.7 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, conforme previsto no art. 155, inciso VIII Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10.1.8 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, conforme previsto no art. 155, inciso IX Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

10.1.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, conforme previsto no art. 155, inciso X da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.10 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, conforme previsto no art. 155, inciso XI da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

10.1.11 Praticar ato lesivo, conforme previsto no art. 155, inciso XII da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

10.2 Com fulcro no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, 01 de abril de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência ao responsável pela infração administrativa prevista no subitem 9.1., bem como no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- b) Multa calculada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ao responsável pelo cometimento das infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.1 a 9.1.11 bem como no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.
- c) Impedimento de licitar e contratar ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.2 a 9.1.6 bem como nos incisos II, III, IV, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.7 a 9.1.11 e nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 de 01 de abril de 2021 bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.2 a 9.1.6 e incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art 155 da Lei Federal nº 14.133/21 de 01 de abril de 2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea c), subitem 9.2, desta clausula, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes Federativos pelo prazo máximo de 3(três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3 O atraso injustificado na execução do contrato/ata de registro de preço sujeitará o



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

contrato/compromissário a multa de mora, em atendimento ao previsto no artigo 162 caput da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 calculada sobre o valor da obrigação não cumprida a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

- a) 0,5%(cinco décimos por cento) ao dia, par atraso de até 15(quinze) dias.
- b) 1%(um por cento) ao dia, a partir de 16º (décimo sexto) dia, sendo aplicada em acréscimo a do inciso I, estando limitada a 20% (vinte por cento).
- c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato conforme o caso.

10.3.1 Os Prazos referidos nas alíneas **a,b e c** deste subitem considerarão **dias corridos**.

10.3.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação acumulada de outras sanções, conforme previsto no artigo 162, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021

10.4 Na aplicação das sanções serão considerados, conforme previsto no § 1º do art. 156 Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

10.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.4.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da comunicação oficial.

10.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa, conforme previsto no § 7º do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021);
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Município a compromissária, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021);
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

10.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente, à penalidade de multa.

10.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.2 a 9.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **03 (três) anos**, conforme previsto no §4º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

10.9 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas descritas nos itens 9.1.5; 9.1.6.; 9.1.7; 9.1.8 , bem como pelas infrações administrativas descritas nos itens 9.1.1; 9.1.2; 9.1.3 e 9.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar , e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme previsto no §5º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

10.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração;

10.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão de contratação, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a CONTRATADA para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.12 Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos, conforme previstos nos artigos 157 e 158 da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

10.13 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (VINTE) DIAS ÚTEIS**, contado do seu recebimento.

10.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.15 aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Cláusula Décima Primeira – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

11.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sen.do com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021de 01 de abril de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.6.3. Indenizações e multas.

11.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021de 01 de abril de 2021).

11.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021de 01 de abril de 2021).

Cláusula Décima Segunda – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021de 01 de abril de 2021.

12.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021de 01 de abril de 2021

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, subme.do à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021de 01 de abril de 2021).

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021de 01 de abril de 2021.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Cláusula Décima Terceira – (ART. 92, §1º, DA LEI 14.133/21)

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bauru/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 de 01 de abril de 2021.

E por estarem às partes em comum acordo com as cláusulas aqui pactuadas, segue este instrumento em **04 (quatro) vias** de igual teor e validade, assinado na presença de 02 (duas) testemunhas, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais.

Bauru, ____ de _____ de 2.026

Suélien Silva Rosim
Prefeita Municipal

P/ CONTRATADA
NOME:

TESTEMUNHAS:

ASS: **ASS:**
NOME: **NOME:**
RG: **RG:**



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bauru

CONTRATADA:

CONTRATO Nº

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DE CONTRATO.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:
 - a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
 - b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
 - c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
 - d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
 - e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.
2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:
 - a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
 - b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Bauru, ____ de _____ de ____.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Telefone(s):

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Telefone(s):

Assinatura:

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Telefone(s):

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO V

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezados Senhores:

Na qualidade de responsável legal por nossa Empresa, credenciamos o(a) senhor(a), portador(a) da carteira de identidade RG Nº e do CPF Nº, para nos representar na licitação em referência, conferindo ao(a) mesmo(a) ilimitados poderes para retirar editais, apresentar envelopes **PROPOSTA e DOCUMENTOS** após o certame, prestar declaração de que o outorgante está em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, a Fazenda Nacional e Trabalhista, bem como de que atende às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, formular ofertas e lances de preços nas sessões públicas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, assinar Contratos, bem como assinar quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Dados para a elaboração do eventual Contrato:

Da empresa:

Razão Social:

Endereço:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Telefone:

Fax:

Atenciosamente,

Local e data

Carimbo da empresa

Nome, CPF e assinatura do responsável legal



GERENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÕES GERAL

EDITAL Nº 259/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.168/2026

PROCESSO Nº 8.327/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA, DEVIDAMENTE ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, Sr.(a), portador da Carteira de identidade nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, **DECLARA:**

- a) que tomou **ciência e que concorda com os termos estabelecidos neste EDITAL** e seus respectivos anexos;
- b) que atende aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, inc. I da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) para fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que **não emprega mão de obra direta ou indireta de menores.**
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, se aplicável;
- e) não tem conhecimento de que mantém relação de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com qualquer dirigente da Prefeitura Municipal de Bauru, ou com qualquer agente público que desempenhe função na área de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos fixados no art. 14, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.
- f) sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer **impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- g) que fui devidamente orientado sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, sobre as formas de coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais a que tiver acesso, bem como respectivas responsabilidades, em especial sobre aqueles que constam nos artigos 7º a 10 e 42 a 45 da LGPD.
- h) Que sua proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declaro conhecimento sobre as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito; e de que a responsabilidade de qualquer pessoa que intervenha em uma das fases abrangidas pelo fluxo dos dados pessoais subsiste mesmo após o término do tratamento.

Bauru, ____ de ____ de 2026.

(Assinatura do representante legal)

Nome e assinatura e CPF do representante legal